

3

Trabalho Imaterial e produção de subjetividade

Dando início ao terceiro capítulo desta pesquisa, pretendo abordar alguns aspectos característicos da transformação que ora se opera na atividade laboral e fazer a correlação destes com as características habituais do trabalho na área cultural. De antemão, advertimos de que a tendência apontada por Marx, desde 1857, nos *Grundrisse*, e recuperada pelo operismo italiano na década de 1960 – a da predominância do trabalho imaterial –, parece agora, mais do que nunca, tornar-se a regra. A partir desta observação, o olhar de cada um para tentar definir o que significa trabalho precisa contemplar e inserir novas características tidas como relevantes, a fim de se fazer uma justa avaliação dos problemas postos à sociedade que *fogem* da relação salário-empregado. Em um primeiro momento, há que se considerar a transformação e a ocupação do plano político pelo poder econômico, o que acarreta uma mudança na perspectiva de se pensar a política como esfera de resolução dos conflitos nas sociedades democráticas. Deve-se, ainda, atentar para o fato de que operou uma mudança no que diz respeito ao sujeito clássico do capitalismo tradicional: o individualismo burguês, mistificado, cedeu espaço a um novo sujeito que parece preso a uma realidade transformada em imagens e a um tempo fragmentado, composto de uma série de presentes perpétuos, como define Frederic Jameson¹. As contribuições deste autor, de Adauto Novaes e de Antonio Negri servirão de base para esta análise. Em seguida, pretende-se conceituar a questão do trabalho tradicional, tendo como base o pensamento do sociólogo Domenico de Masi e a alternativa de Paul Lafargue, para, então, procurar traçar as noções de trabalho imaterial e as hipóteses de criação da subjetividade, tendo, como alicerces, o pensamento de Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Giuseppe Cocco e Paolo Virno. O quarto momento deste capítulo abordará as mudanças ocasionadas pelas novas perspectivas abertas a partir do uso em escala mundial da rede de computadores e da possibilidade de conectividade 24x7x365 (24 horas, sete dias por semana, todos os dias do ano). O pensamento do professor Silvio Meira, do advogado Ronaldo Lemos e do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro servirão de parâmetro para se aprofundarem as implicações destas mudanças. Finalmente, no último momento deste capítulo, iremos ver alguns aspectos do refinamento do capital, como o conceito de *crowdsourcing*, e buscar

¹ Jameson, Frederic. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. op.cit., p.44.

traçar algumas semelhanças entre o trabalho imaterial e o trabalho nas atividades culturais. Isso nos levará a apontar algumas possibilidades de exercício de outra forma de direito de resistência, qual seja, a de operar *por dentro* do capital, para a realização de uma ideia de sociedade baseada em uma dinâmica de afetos ativos absolutamente imanente. Afinal, o direito é potência e “opera no mesmo campo afetivo que acompanha a constituição da multidão e do político”, como estabelece Ana Luiza Stern².

O sistema capitalista conseguiu produzir algo absolutamente notável neste final da primeira década do século XXI. Em meio à crise econômica de 2008-2009, empresas ao redor do mundo buscam despertar a compaixão de seus empregados, chegando ao ponto de pedir-lhes que trabalhem de graça por até um mês para salvá-las. Atinge-se, praticamente, a perfeição às avessas: o próprio empregado, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, passa a controlar e ajudar o empregador a manter seu capital, para que, conseqüentemente, possa manter seu próprio emprego³. Há diversos exemplos da maneira como isso vem ocorrendo: seja no recente caso da empresa British Airways – que pediu, em junho de 2009, por email, a mais de trinta mil funcionários que trabalhassem de graça por um mês para que a empresa não corresse riscos e, conseqüentemente, não houvesse demissões –, seja por meio de suspensão de contratos de funcionários (casos da Phillips e da Renault, no Brasil). Ou, ainda, pela redução da jornada de trabalho (caso da Volkswagen). Em outro nível, não menos alarmante, e mais próximo de nosso cotidiano, o controle passa a ser exercido pelo próprio empregado, que aceita extrapolar sua função, exercendo ao mesmo tempo e graciosamente a função de “controlador” para o benefício do patrão. É o que acontece, por exemplo, com cobradores de ônibus na cidade do Rio de Janeiro, que funcionam exatamente como guardiões do capital: o usuário/cliente/cidadão/passageiro só tem o direito de passar pela roleta após efetuar o pagamento. Antes disso, fica condenado a um espaço exíguo perto da porta de entrada e deve contar com a benevolência do condutor. E isso, quando esse último não acumula as duas tarefas, eliminando um posto de trabalho.

² Stern, Ana Luiza Saramago. *Resistir é obedecer? Resistência e obediência política na filosofia de Baruch Spinoza*. Rio de Janeiro: Puc-Rio, [recurso eletrônico], 2008. p. 144.

³ Nesse sentido, é sintomática a antecipação da letra de Gonzaguinha em “Comportamento Geral”, de 1973, que deixou apavorados até mesmo os jurados do programa de Flávio Cavalcanti: *Você deve rezar pelo bem do patrão / e esquecer que está desempregado / Você deve aprender a baixar a cabeça / e dizer sempre muito obrigado / são palavras que ainda te deixam dizer / por ser homem bem disciplinado / você merece, você merece...*

É interessante notar que essas mudanças são inerentes não somente à própria atividade laboral, mas às transformações pelas quais passam as sociedades denominadas “pós”. Não se trata de se questionar o *know-how* necessário ao exercício de cada profissão, mas sim, de pensar na nova condição exigida pelo trabalho nos dias atuais, em diversas áreas, quando a capacidade cooperativa e a expressividade passam a ser condições *sine qua non* para o bom desempenho de um ofício. Obviamente, o trabalho formal, com carteira assinada, ainda é um referencial para todos nós e continua a ocupar uma posição de destaque no pensamento. Entretanto, mesmo esse trabalho formal exige do trabalhador que ele se expresse de outra forma, que adicione sua habilidade pessoal, sua capacidade de comunicação e de expressão na realização da atividade profissional.

Quantas vezes já não ouvimos expressões como “estou cansado de tanto trabalhar”, ou “trabalhei pra caramba hoje”, ou “hoje fiz jornada dupla”, ou ainda “não paro de trabalhar”? A condição de trabalhador explica, em parte, e fundamenta a composição e estruturação das sociedades ocidentais: um Estado, supostamente garantidor de direitos; uma sociedade que vê no trabalho a forma e a possibilidade de o homem dignificar-se e tornar-se um cidadão efetivo, com plenos direitos; e a disposição do conhecimento e da valorização humana a partir das atribuições, conhecimentos e capacidade de adaptação para o trabalho. A luta de classes tradicional dos séculos XIX e XX correspondia, à época, a uma tentativa de se obterem algumas garantias básicas para o trabalhador que desempenhasse uma determinada função, bem como outras garantias sociais e coletivas, sendo, a mais combatida, a redução da jornada de trabalho. Como é possível pensar, hoje, nesse tipo de garantias, quando o trabalho imaterial assume a centralidade da relação de trabalho? Aprofundando o questionamento de Paolo Virno em *Virtuosismo e revolução*⁴, como pensar, também, a relação que existe entre as características peculiares da indústria cultural e o pós-fordismo em geral? Que forma o Estado deve assumir para dar conta dos trabalhadores que *fogem* da relação salário-capital-empregador-garantias e recriam sua própria condição de reprodutibilidade à margem do sistema? E, ainda, quando o cérebro torna-se a principal ferramenta de trabalho, como pressionar o Estado para garantir que toda e qualquer vida seja protegida e dignificada? Qual é o novo tipo de relação que deve ser estabelecida?

⁴ Virno, Paolo. *Virtuosismo e revolução: a ideia de “mundo” entre a experiência sensível e a esfera pública*. *op.cit.*, p. 156.

Saímos de uma época em que o poder era representado pelo domínio – nas sociedades disciplinares dos séculos XVIII e XIX, conforme situou Michel Foucault – e passamos, gradualmente, para o que Gilles Deleuze estabelece como sociedade de controle⁵. Atravessamos, agora, um período em que o *General Intellect* é considerado como “*capital fixo sujeitado à produção e toma como base objetiva a sociedade inteira e sua ordem, determinando uma modificação das formas de poder*”⁶. Os campos do político, do econômico e do social tornam-se indissociáveis e a centralidade do trabalho vivo modifica as relações de força, de poder, de subordinação, de cooperação e de lucros, abrindo outras perspectivas para novas formas de resistência.

Nesse sentido, pensar nas características da imaterialidade do trabalho é pensar também nos processos revolucionários que podem hoje ser conceituados e ativados. Não há saída possível? Vive-se a inexorabilidade de relações desiguais e por que não, desumanas? O trabalho imaterial aparece hoje no centro do debate político para a produção de garantias básicas à cidadania, à produção de benefícios universais para todo homem e, também para a consecução de uma nova ordem mundial. Sergio Bologna sustenta há anos a tese de que “*o trabalho autônomo representa a forma específica de trabalho na época pós-fordista*”⁷, o que Negri e Lazzarato chamarão de “autonomia e independência das formas de cooperação e de comunidade do proletariado que se “libertou” do fordismo”⁸. Novos problemas estão colocados diante de nós e, quando se pretende pensar em uma política capaz de criar sujeitos livres e dotados de *afetos ativos*, deve-se pensar nas alternativas reabertas nesse momento histórico de transformação radical da base da exploração da sociedade capitalista, qual seja, de transformação do trabalho.

⁵ Deleuze, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle”. In: *Conversações. op.cit.*, p. 219.

⁶ Lazzarato, Maurizio; Negri, Antonio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. op.cit.*, p. 39.

⁷ *Apud* Lazzarato, Maurizio; Negri, Antonio. *Idem*, p. 96. E, ainda, as características apresentadas por Negri e Lazzarato que se seguem: 1) À continuidade temporal e espacial do processo de trabalho e à continuidade da remuneração (salário) substitui-se uma descontinuidade fundamental que transforma profundamente o processo de trabalho e as formas de constituição da renda; 2) Jornada de trabalho fica porosa, “os trabalhadores autônomos trabalham sempre”. Não há mais a possibilidade de separar espaços de não-trabalho, de “refugio”, de resistência, como a continuidade da relação salarial permitia; 3) Coração desta nova relação de trabalho não é mais a “forma salário”, mas a “forma renda”. Enquanto para o trabalho assalariado canônico o “princípio da realidade” é representado pelo seu patrão, o trabalhador autônomo depende diretamente do seu banqueiro e do seu cobrador. O controle é indireto e financeiro, mais do que produtivo; 4) Ao controle contínuo e direto dos “tempos” e dos ritmos do trabalho, substitui-se o controle descontínuo organizado das encomendas, dos vendedores e do produto. *Idem*, p. 92-94.

⁸ *Idem*, p. 96.

3.1.

O lugar da política: a ocupação do político pelo poder econômico

Os ciclos de palestras⁹ organizados pelo filósofo e jornalista Adauto Novaes, dentro do programa Cultura e Pensamento, do MinC, buscaram nomear a incerteza e a desordem que imperam em nosso presente, no que diz respeito ao plano político. Partindo da noção de que a política é a área de resolução dos conflitos em sociedades democráticas, é fundamental notar as mudanças pelas quais ela passa na era do capitalismo corporativo. A política torna-se *esquecimento*, dadas as profundas incertezas e transformações nas várias esferas da vida humana. Ao organizar os três ciclos de conferência, Adauto Novaes buscou discutir não a crise da civilização, mas sim o próprio conceito de civilização no Ocidente. As modificações da noção de política podem ser sintetizadas nas questões centrais colocadas nesses seminários: “O que substituiu a política?” e “O que tende a ser hegemônico na sociedade hoje?”¹⁰ A resposta encontrada é a privatização do espaço público, do que seria o chamado social. Com isso, substitui-se a política pela economia – ainda que ela também possa, em diversos momentos, ser substituída pela moralidade, por questões éticas e, em certos casos, pela religião (KANASHIRO, 2007). Adauto Novaes esclarece que procurou desvendar os mecanismos culturais e políticos que levaram os intelectuais a esse silêncio. Entende a política como parte dessas mutações e desse caos e considera que há duas possibilidades para se falar sobre esse esquecimento: 1) analisar as consequências negativas do mesmo; ou 2) professar o elogio dele, franqueando uma abertura para se esquecer aquilo que se coloca no lugar da política de uma maneira totalizante. Estas formas, segundo ele, visam a abolir todos os princípios políticos¹¹.

O segundo ponto relevante no que diz respeito a esse esquecimento é a crise dos ideais republicanos, nascidos com as revoluções inglesa, francesa e americana. Segundo Novaes, a república enfrenta um embate constante entre a defesa das questões sociais e a questão individual. Apesar de considerar essa discussão como parte constitutiva da própria ideia de república, ele afirma a crise desses ideais ao dizer que o individual está dominando a cena cultural e política

⁹ “O silêncio dos intelectuais”, em 2005 ; “O esquecimento da política”, em 2006; e “Mutações”, em 2007, 2008 e 2009.

Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/acervo/textos/index.php?p=24885&more=1. Acesso em: 10/06/2008.

¹⁰ *Apud* Kanashiro, Marta. *op.cit.*

¹¹ *In*: “O elogio da política”. Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/acervo/textos/index.php?p=24885&more=1. Acesso em: 15/06/2008.

em grande parte dos países. Para tanto, apóia-se nas ideias de Jacques Rancière, cujo recente livro, *La haine de la démocratie*, mostra como a democracia não se identifica a uma forma jurídico-política, nem a uma forma do Estado – e estabelece que a ideologia dominante confunde ideais republicanos com liberalismo –, sendo que, este último, definirá a política como consenso ou “denegação da divisão constitutiva social e, portanto, recusa do conflito decorrente dessa divisão” (NOVAES, 2006).

O terceiro ponto fala das práticas dos meios de comunicação, da espetacularização da política, no que Adauto Novaes define como a era dos fatos, onde há a troca dos conceitos políticos pelos fatos, que dificilmente são contestados, pois fogem a toda determinação – uma vez que os conceitos racionais são abolidos (NOVAES, 2006).

Antonio Negri, por sua vez, mostra que o estudo de Marx dos eventos da Revolução Francesa procura compreender como os movimentos de massa tornaram-se criadores. Para Marx, o conceito de poder constituinte aparece em uma perspectiva de uma universalidade temporal que situa-se em uma zona intermediária entre sociedade e Estado e que não pode ser superada. A Revolução Francesa não deve ser encarada como uma revolução do trabalho, e sim como uma revolução “burguesa” do trabalho. Todo o movimento da obra constitucional da Revolução pretende

bloquear a liberação das forças sociais exploradas na escravidão da divisão do trabalho; a este bloqueio, opõe-se o movimento real; esta resistência é um poder que transforma a base da divisão do trabalho e de sua constituição. Esta resistência, este movimento, esta potência são poder constituinte. Um poder social, aberto, dinâmico – implantado na temporalidade.¹²

O que distingue a posição de Marx das posições dos anarquistas e dos demais insurrecionistas? A base ontológica do conceito de poder constituinte, onde temporalidade e subjetividade unem-se estreitamente. A partir de então, a constituição da subjetividade e a *revolução permanente* tomada como poder constituinte alcançam sua mais alta expressão. Na relação entre produção e reprodução, o processo de separação dos sujeitos não é apenas dialético, pois cada vez mais eles se separam e se contrapõem. Em Marx, “o poder constituinte é a relação dinâmica entre o poder e a cooperação, a linha progressiva na qual se estabelecem sucessivas sínteses, dos sujeitos às lutas, da cooperação ao comando, do comando à crise, e da crise à revolução”¹³.

¹² Negri, Antonio. *O poder constituinte, ensaio sobre as alternativas da modernidade. op.cit.*, p.321.

¹³ *Idem*, p. 356.

Há duas linhas analisadas por Marx para a compreensão do poder constituinte: a da violência e a da cooperação. Na primeira, a violência constitui-se mesmo em centro de todo poder e de todo direito, fabricando-o, expandindo-se e frutificando-se na relação que os homens mantêm uns com os outros na produção e *produzindo os próprios produtores*; na segunda, o poder constituinte é o trabalho vivo social, produtor de ser e de liberdade, que deseja se liberar do bloqueio capitalista que lhe é imposto, tornando-se uma prática de liberação, do desejo e da igualdade. A fusão entre o social e o político é o argumento decisivo que garante o materialismo dessa concepção marxiana (NEGRI, 2001). Não pode ser estranho, portanto, hoje, que a vida social tenha se tornado imediatamente produtiva e que o mundo do trabalho coincida com o político; a nova racionalidade que daí advém apresenta características peculiares para se opor às tentativas de bloqueio e sufocamento: 1) a da criação contra o limite e a medida, visto que o poder constituinte é desmedido; 2) a do procedimento contra o mecanismo dedutivo do direito substantivo e da máquina constitucional; 3) a da igualdade contra o privilégio; 4) a oposição entre diversidade e uniformidade, visto que o poder constituinte, em toda sua potência criativa, busca a diversidade como racionalidade de sua própria consistência ontológica; e 5) a da cooperação contra o comando (NEGRI, 2001).

O então ministro da Cultura Gilberto Gil estabeleceu, na abertura dos ciclos de conferências anteriormente mencionados, o contexto em que é pensada a atuação política nos dias atuais¹⁴: se o presente impõe a todos a necessidade de interagir com categorias de compreensão do mundo que não são mais aquelas que se apresentavam no passado – em virtude da tecnociência, da nanotecnologia, do projeto genoma e da convergência digital –, o desafio atual é o de assimilar essas transformações. A crise do sistema democrático representativo, a mudança dos papéis do Estado-nação e, quem sabe, o necessário descarte da própria noção de soberania, colocam o trabalho imaterial no centro da questão e o inscrevem no centro do sistema produtivo mundial, “ao mesmo tempo em que multidões surgem como sujeitos políticos, alterando os regimes de propriedades e os referenciais de direito e soberania”¹⁵.

¹⁴ “Cultura e pensamento, outra ideia de cultura”, por Gilberto Gil. In: *O esquecimento da política*, 2006.

Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento/acervo/textos/index.php?p=24885&more=1. Último acesso em setembro de 2008.

¹⁵ *Idem*.

3.1.1.

O fim do sujeito?

Outro ponto relevante, antes de aprofundarmos a questão do trabalho imaterial em si, é a operação que se dá com relação ao sujeito nessas novas sociedades. Frederic Jameson questiona a transformação da realidade em imagens e a fragmentação do tempo em uma infinidade de presentes perpétuos¹⁶; segundo ele, a figura do individualismo burguês do denominado capitalismo competitivo – auge da família nuclear e que culminou com o surgimento da burguesia como classe social hegemônica – dá espaço a uma posição que pode ser vista como pós-estruturalista: não só esse sujeito burguês ficou no passado, como também nunca existiu, de fato. Esse construto filosófico e cultural foi criado para que as pessoas acreditassem que tinham subjetividades individuais e que possuíam determinada identidade pessoal singular (JAMESON, 1984). Os modelos anteriores não mais se aplicam às sociedades contemporâneas e não podem ser simplesmente revistos, para serem adaptados à condição atual.

Jameson diz que o que se deve guardar é um dilema estético: já que a experiência e a ideologia do eu singular estão enterradas, não há como saber o que se esperar de artistas e escritores. Certo é que os modelos anteriores não funcionam nesse novo mundo. E isso nos conduz ao pastiche, a um mundo onde nos resta imitar estilos que deixaram de existir. O mais curioso é que essa foi uma imposição do próprio capitalismo de consumo e é um sintoma de uma sociedade incapaz de lidar com o tempo e com sua história. Para o que nos interessa nessa pesquisa, cumpre notar que a produção cultural foi reorientada ao interior da mente (JAMESON, 1984). E Jameson sentencia:

ela (a mente) não pode mais olhar diretamente com seus próprios olhos para o mundo real em busca de um referente; ao contrário, ela deve, como na caverna de Platão, traçar suas imagens mentais do mundo nas paredes que a confinam. Se ainda sobrou aqui qualquer realismo, é um “realismo” que brota do choque de se compreender esse confinamento e de se perceber que, sejam quais forem os motivos, parecemos condenados a buscar o passado histórico por meio de nossas próprias imagens pop e estereótipos sobre o passado, que permanece para sempre fora de alcance¹⁷.

¹⁶ Jameson, Frederic. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. op.cit., p. 44.

¹⁷ *Idem*, p.30.

3.1.2.

O trabalho tradicional

O sociólogo italiano Domenico de Masi, em seu livro *Criatividade & grupos criativos*¹⁸, refaz o caminho da aparição do trabalho nas sociedades ocidentais, para afirmar que a nova condição característica da forma “trabalho” é o que denomina de *trabalho expressivo*, em prejuízo do *trabalho instrumental*. O ócio criativo só acontece quando se dá o encontro entre esse trabalho expressivo e o que o autor denomina de *vocação* de cada trabalhador. Ele mostra que, originalmente, o Estado compunha-se de uma dinâmica que o obrigava a expandir infinitamente, aumentando, gradativamente, o círculo de inimigos externos, germinando sua própria ruína. Somente a partir da terceira dinastia de UR, na área mesopotâmica, é que o epicentro desse sistema de guerra se deslocou para o sistema de paz, de conquista e de administração – paradoxalmente, a manutenção de uma estrutura aristocrático-militar foi um sintoma de uma recorrente pretensão de construir um império universal. Será somente em Uruk, na Babilônia, que irá se esboçar o modelo de cidade-estado dotado de liderança compartilhada e de uma administração despersonalizada. Ali, afirma o autor, formalizou-se a divisão do trabalho: de um lado, dirigentes e especialistas aptos a desenvolver uma atividade intelectual; do outro, a massa trabalhadora que desempenha trabalhos braçais. De Masi ressalta o papel central das instituições científicas e técnicas, responsáveis pela revolução urbana e explica que o templo, hierárquico e dono da empresa agrícola, garantia a organização e a ordem social. Os governantes elaboraram e impuseram a ideologia necessária para convencer a maioria subalterna a desempenhar os trabalhos pesados, para eles próprios e para a minoria dominante. Esse novo modo de vida implicava viver em um sistema urbano anonimamente, ainda que não fossem estrangeiros – o que Tönnies chamará de *gesellschaft*, isto é, a comunidade fria e imprevisível, até mesmo hostil. Todas as festas, aniversários e procissões foram criados para compensar essa força centrífuga (DE MASI, 2003).

Percebe De Masi que tal concepção de organização social está bem distante da constatação de alguns antropólogos junto a tribos consideradas *primitivas* em nossos dias, que não têm nem mesmo um termo específico para distinguir as atividades produtivas dos outros comportamentos humanos, assim como não dispõem de nenhum vocábulo ou noção para sintetizar a ideia de

¹⁸ De Masi, Domenico. *Criatividade e grupos criativos. op.cit.*

trabalho em geral. Citando um estudo de Marshall Sahlins, De Masi mostra que muitas dessas sociedades evitam produzir mais do que o necessário para satisfazer suas demandas imediatas e, em função disso, têm um total domínio sobre o tempo – um caçador ou um coletor não trabalha mais do que quatro horas por dia.

Ainda que se estivesse distante da competitividade do livre mercado, o cidadão da Mesopotâmia despendia grande parte de seus esforços para criar um excedente para o seu templo ou para o chefe. Pode-se dizer que é a primeira vez na história da humanidade que uma massa humana trabalha não só para si, mas para os outros. E, pela primeira vez também, essa discrepância parecia justa, legítima e, mesmo, estimulante. O homem havia aprendido, até aquele momento, o preço do cansaço e do estresse, mas o ócio só seria uma conquista para os gregos. Daqui pra frente,

Toda a problemática ligada à repartição da mais-valia, dos lucros e dos salários, ao horário, ao rendimento, ao mercado de trabalho, à quantidade de tarefas, dos produtos e da vida, ao consumo, ao profissionalismo, ao comando, à delegação, à participação, à motivação, ao conflito, em suma, à galáxia de condições que compõem a interseção entre o trabalho e o lazer tornar-se-á dominante até desencadear conflitos sociais e revoluções, até manchar de sangue o mundo com guerras e lutas de classe e até mesmo contaminar o próprio sentido da nossa existência¹⁹.

Passando para a Grécia antiga, De Masi toma como base o pensamento de Aristóteles para exemplificar a condição do trabalho neste período. Para o filósofo grego, a escravidão gerava o tempo livre necessário para que os demais homens contemplassem os problemas da vida. Por esta razão,

dever-se-ia recusar a qualificação de cidadão a todos aqueles que precisam trabalhar para viver... Ser um operário perfeito não faz do operário um cidadão. Não é possível praticar a virtude da política levando a vida de um operário, de um assalariado... Denominamos como ofícios operários aqueles que alteram as disposições do corpo e os trabalhos remunerados que impedem ao espírito qualquer elevação, qualquer conforto²⁰.

De Masi faz uma correlação entre o pensamento de Aristóteles, em *A Política*²¹, e o pensamento de Alexis de Tocqueville, quase dois mil anos depois, em *A democracia na América*²², para mostrar a inquietante semelhança entre os

¹⁹ *Idem*, p. 144.

²⁰ *Apud* De Masi, Domenico, *op. cit.*, p. 153.

²¹ Para o filósofo grego, nem todos os que parecem homens o são: “aqueles que, embora pareçam, diferem tanto quanto o corpo da alma ou o animal do homem, estes são, por natureza, escravos. Encontram-se nesta condição aqueles cuja atividade se reduz ao emprego das forças físicas e isto é o melhor que podem oferecer. Quanto à utilidade, a diferença é mínima: ambos contribuem para as necessidades da vida graças às forças físicas, seja escravos ou animais domesticados”. *Apud* de Masi, Domenico. *Idem*, p. 153.

²² “Quando um operário se dedica contínua e unicamente à fabricação de um só objeto, acaba por realizar este trabalho com uma singular habilidade; mas ao mesmo tempo perde a faculdade geral

dois. Ressalta que, em nossos dias, a supremacia do trabalho não admite argumentos, pois é somente por meio do trabalho que se tem direito a um salário, ao respeito social, à segurança de uma assistência médica, bem como direito a uma aposentadoria. O trabalho é visto como uma categoria liberadora, gratificante, honrosa e sagrada; mais, ainda: como dever social, purificação, fonte socialmente apreciável de ganho e autorrealização. É ele que nos legitima para desejar e obter (DE MASI, 2003). Sua definição do trabalho formal e tradicional é bastante completa:

Quando falamos de trabalho entendemos toda atividade remunerada, seja ela manual, física, intelectual, autônoma ou independente. Uma atividade que, quanto mais onívora e veloz, mais é apreciada. Sobretudo se exercida pelo homem, ela exige a precedência absoluta sobre qualquer outra atividade: o amor, a família, a distração, o lazer, as práticas religiosas, a formação e a saúde. Um bom trabalhador irá se vangloriar de não ter um minuto de trégua ou um só dia de férias, de ficar no escritório até altas horas, de ter de levar trabalho para casa, de ser localizável e disponível 24 horas, durante todos os santos dias do ano²³.

O sociólogo italiano ressalta que antes do advento industrial não era assim: a aristocracia e o clero não trabalhavam *por definição*; os artistas e artesãos tinham poucas encomendas e prazos extensos para satisfazê-las. Já no regime pós-industrial, a história é outra: gerentes viajando de um lado para o outro do planeta, impulsionados pelo mercado, pela competitividade e pela livre-concorrência. Ele compara o mundo inteiro a um imenso formigueiro atarefado, um eterno canteiro de obras e cita Bertrand Russel para elogiar o ócio: “Continuamos a desperdiçar tanta energia humana quanto era necessária antes da invenção das máquinas (...) Nisso fomos idiotas, mas não há razão alguma para que continuemos a sê-lo”²⁴.

De Masi nota a transformação que faz do bem-estar material um sinônimo de qualidade de vida. Além disso, a razão deve prevalecer diante dos sentimentos, a capacidade de produzir riqueza por meio do trabalho deve determinar a posse e a ostentação de bens e, o que mais importa para sua pesquisa, o ócio, deve se tornar um desvalor. Adverte que “o trabalho irá se tornar uma categoria central, devoradora, codificada, legal e moralmente sancionada”²⁵. Ao alcançar a *New Economy*, ocorre uma inversão em relação à hierarquia compartilhada por Platão e por Aristóteles: o desempregado encontra-se na base da pirâmide social; os menos ricos trabalham pouco e em horários definidos e os mais ricos não param de trabalhar, considerando todo o resto – a

de aplicar o seu espírito na direção do trabalho. (...) nele o homem se degrada à medida que o operário se aperfeiçoa”. *Apud* De Masi, Domenico. *Idem*, p. 153.

²³ De Masi, Domenico. *op.cit.*, p. 165-166.

²⁴ *Apud* De Masi, Domenico, *Idem*, p. 175.

²⁵ *Idem*, p. 177.

política, as relações afetivas, a sociedade e o lazer – somente na medida em que isso possa trazer vantagens para a carreira e para os lucros. Na sociedade industrial, uma parte considerável da luta de classes dirá respeito exatamente à reconquista do ócio, por meio da redução do horário de trabalho. Mas observa que o repouso é em função do trabalho, e os ritmos de trabalho estarão tão incutidos no trabalhador, que o acompanharão no seu inconsciente (DE MASI, 2003).

Aponta o italiano que a ideia que prevalece, hoje, é a de cooperação no trabalho, pois garante uma motivação e um clima de entusiasmo. O clima participativo é muito defendido, com a cooperação predominando sobre a divisão industrial do trabalho. O que ele denomina de trabalhador criativo deve nutrir-se contínua e vorazmente das mais diversas sensações e noções, sempre alimentando a própria curiosidade com novos conhecimentos e emoções. Ao comentar sobre as cidades americanas, relata a experiência do escritor austríaco Robert Musil em 1957:

Todo mundo corre ou para com cronômetro na mão. (...) Trens aéreos, trens terrestres, trens subterrâneos, pessoas transportadas por ônibus, comboio de automóveis disparam na horizontal, ascensores rápidos bombeiam verticalmente massas humanas de um nível de trânsito a outro; salta-se de um meio locomotor a outro nos pontos de junção, sem pensar, sugado e arrebatado pelo ritmo dos veículos, que entre duas corridas trovejantes fazem uma síncope, uma pausa, uma pequena brecha de 20 segundos; trocam-se algumas palavras no intervalo desse ritmo geral. Perguntas e respostas articulam-se como peças de máquina, cada pessoa tem apenas tarefas bem determinadas, as profissões estão agrupadas em lugares certos, come-se em pleno movimento, as diversões estão reunidas noutras partes da cidade, e em outros locais encontram-se as torres onde ficam esposa, família, gramofone e alma. Tensão e distensão, atividade e amor são minuciosamente separados no tempo, e equilibrados segundo experiências de laboratório²⁶.

Se o divisor de águas entre o tempo livre e o tempo de trabalho aparece no mundo da produção industrial, visualiza-se a tripartição da vida que aí ocorre: a fase de aprendizado, a de produção e a de aposentadoria. Ainda que a atividade continue ligada à serialidade, à capacidade de execução, aos valores de obediência, de conformidade e de prescrições, o conceito de trabalho, no mundo, transforma-se a olhos vistos. A matéria mais preciosa da nova sociedade é a atividade criativa e a informação que ela produz na sua infinita potencialidade. Há uma inversão radical no processo que conduz das idéias aos produtos práticos: a fábrica dá lugar a uma rede transnacional. As relações de poder articulam-se em escolhas de futuros possíveis; os usuários, por sua vez,

²⁶ *Apud* de Masi, Domenico, *Idem*, p. 327. Qualquer semelhança com a música *Sinal Fechado* (1969), de Paulinho da Viola, não é mera coincidência.

não constituem uma população homogênea, uma “classe dominada”, mas um conjunto variado de pessoas, que pode acumular diversos papéis. Todo o processo de seleção, adestramento e divisão das tarefas dirige-se para fazer crer que as tarefas executivas são *naturais e confortantes*, enquanto a atividade criativa parece excêntrica e arriscada (DE MASI, 2003).

Em termos organizacionais, as consequências foram dilacerantes: o espaço econômico das empresas tornou-se planetário; a hierarquia e a dependência deram lugar à parceria e à colaboração; o espaço e o tempo da produção desestruturaram-se; o teletrabalho fez coincidir o local de trabalho com o local da própria vida; as funções de produção e de consumo coincidem no mesmo sujeito (*prosumers*); houve o aparecimento de novos estilos de liderança e sistemas múltiplos de comando (DE MASI, 2003).

De Masi mostra que o trabalho vai se opor ao ócio, ao repouso e ao lazer. Por definição, qualquer atividade que possa ser chamada de trabalho estará sujeita a normas contratuais específicas; o termo remete aos conceitos de “produção, serviço, ocupação, profissão, cargo, tarefa e função, mas também aos de vínculo, contrato, dedicação, paixão, alienação, dever e escravidão”²⁷. No conceito de tempo livre está implícito o de “tempo residual”, tempo que resta *depois* de ter levado a cabo os compromissos de trabalho (DE MASI, 2003). A sociedade industrial estabeleceu para o tempo livre três diferentes funções: a de *pausa*, a de *necessidade*, e a de *oportunidade*. É principalmente sobre esta última função do tempo livre que se concentra, hoje, a atenção dos operadores econômicos.

Finalmente, De Masi ensina que o conceito de jogo compartilha alguns aspectos do trabalho, alguns aspectos do ócio e alguns aspectos do repouso. Mas o jogo é sempre *expressivo*; o trabalho só o é quando o castigo da fadiga é superado pela alegria da curiosidade e da exaltação; em suma, da criatividade. Quanto mais o trabalho se torna criativo, mais se aproxima do jogo, até quase sobrepor-se e coincidir com ele. Há, portanto, uma ambivalência do trabalho: o trabalho se transforma em jogo e adquire suas características (DE MASI, 2003).

3.1.3.

O direito à preguiça

Paul Lafargue escreveu o seu divertido e desagradador *Direito à preguiça*, em 1880, sob a forma de uma crítica ao direito ao trabalho

²⁷ *Idem*, p. 612-613.

estabelecido pela Assembleia Nacional francesa, em 1848, à época da II República. Associou o trabalho à dor, à miséria e à corrupção. Criticava a posição dos economistas, da igreja, dos burgueses e, especialmente, a do próprio proletariado, que se subjugava diante do capital. A ideia de trabalhar, fadada à classe operária, tornava-os mais miseráveis, degradados física e intelectualmente, desfigurados pela fome e pela fadiga; enquanto isso, a burguesia se deleitava entre o fastio do ócio e do superconsumo, da improdutividade e da superabundância.

Em nome da bondade cristã (...) o reverendo Townhend, prega: “Trabalhem, trabalhem noite e dia! Ao trabalharem, fazem crescer a vossa miséria e a vossa miséria dispensa-nos de vos impor o trabalho pela força da lei. A imposição legal do trabalho exige demasiado esforço, demasiada violência e faz demasiado estardalhaço; a fome, pelo contrário, não só é uma pressão calma, silenciosa, incessante, como também o móbil mais natural do trabalho e da indústria, ela provoca também os mais poderosos esforços²⁸.

Alertava Lafargue para o fato de que os proletários haviam se entregado de corpo e alma ao vício do trabalho. Embrutecidos pelo dogma do trabalho, não compreendiam a causa da sua miséria. Ressalta que, àquela época, apenas os agricultores diretos e os comerciantes gostavam de seu trabalho, mas, ao invés de se rebelar, o proletariado permanecia enclausurado nas armadilhas preparadas pelos patrões e por seus cúmplices, que repetiam seguidamente a eles a cartilha que lhes era favorável: frugalidade, mansidão e um amor e uma paixão funesta pelo trabalho. Os ricos defendiam o seu direito ao ócio, enquanto os operários exigiam uma tortura diária de doze a quinze horas chamada trabalho. No final do século XIX, notava-se que o problema deixava de ser estrutural – dada a capacidade de aumento de produção em função de um pequeno automatismo –, mas cultural, uma vez que o excesso de trabalho não constituía uma necessidade econômica para um sem número de pessoas, mas simplesmente uma alienação psicológica. Se a organização do trabalho ainda não era a que conhecemos hoje, a única forma de extorquir os trabalhadores era prolongar ao máximo a jornada de trabalho²⁹.

Como veremos mais adiante, todos aqueles que trabalham na área cultural sabem que investir no prazer e investir no ócio é extremamente rentável. É o que esclarece Zé Celso, que já foi chamado de o Decano do ócio:

O teatro é aquele luxo que a sociedade se dá, é uma arte que vem do ócio, que vem do cio. (...) Acontece que pertença a uma sociedade que considera isso

²⁸ Lafargue, Paul. *Direito à preguiça*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/direitopreguica.html>. Acesso em: 10/11/2008.

²⁹ Cf. De Masi, Domenico. *op.cit.*, p. 602-604.

pecado. Que tem de estar enfastiado, servindo a algum senhor, a algum patrãozinho, com aquela fissura, com aquela imediatez de servir³⁰.

3.2.

Trabalho imaterial e hipóteses de produção da subjetividade

Partindo, agora, para algumas das questões centrais deste trabalho, isto é, a noção de trabalho imaterial e das novas formas de produção de subjetividade, pretendo analisar os artigos escritos por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato durante o debate francês das transformações do trabalho e da crise do fordismo, que resultaram no livro *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, de 1991. Em pouco mais de cem páginas, os autores delimitam a noção de trabalho imaterial e apontam as transformações pelas quais o trabalho passa no mundo pós-industrial, especialmente a partir da década de 1960, quando o *operaismo* italiano consegue formular as principais questões teóricas sobre essa nova tendência nas sociedades capitalistas. Advertem os autores que o modo de produção pós-fordista é uma

Ativação de diferentes modos de produção (“materiais” e “imateriais”), e, portanto, de diferentes formas de subjetividade (pré-fordista e pós-fordista), que são, porém, comandadas e organizadas pelas formas mais abstratas e dinâmicas do trabalho e da subjetividade. (...) Uma hipótese de recomposição (...) deve inserir-se no mesmo nível de abstração e antecipar dela, sobre esta base, as evoluções, as alternativas e as virtualidades³¹.

Além do que já foi exposto no capítulo um, sobre as definições de trabalho imaterial e de *general intellect* ou intelectualidade de massa, Negri e Lazzarato aprofundam a noção de trabalho imaterial como superação da divisão entre trabalho material e trabalho intelectual, tendo como fundamento a ideia de Mikhail Bakhtin de que a criatividade é decorrente de um processo social³². Mas o que causa essa mudança nas formas clássicas de produção? Alguns pontos podem ser assim elencados: a comunicação e a relação social que a constituem tornam-se produtivas; a informação passa a ser o fundamento da empresa pós-industrial; o produto deve ser vendido antes de ser produzido; há um máximo de distanciamento do modelo taylorista; a mais-valia assume uma nova configuração; a produção de subjetividade deixa de ser instrumento de controle social para se tornar diretamente produtiva; a empresa pós-industrial vai lutar para construir ativamente o consumidor/comunicador; o trabalho imaterial

³⁰ Corrêa, Zé Celso Martinez. “Roda Viva (Fragmentos), 1988. In: *Encontros*, op.cit., p. 155.

³¹ Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. op.cit., p. 106.

³² Cf. Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio, op.cit., p. 43-53.

produz, simultaneamente, subjetividade e valor econômico; e o processo de comunicação social vai *produzir* a produção.

A subjetividade e o ambiente ideológico no qual essa subjetividade vive e se reproduz – ou seja, a cultura onde essa subjetividade está inserida – constituem as matérias-primas do trabalho imaterial. A economia, o poder e o saber tornam-se inseparáveis; se o social *produz* a produção, ele torna-se também econômico. Com isso, o processo de comunicação será sempre um processo de valorização. É interessante apontar que Negri e Lazzarato observam que é possível chegar a este novo conceito de trabalho partindo da atividade artística – nesse caso, afirmam que são os situacionistas que deduziriam desta forma – e da atividade tradicional da fábrica – onde situam os pós-operaistas italianos –, apoiando-se sobre o conceito marxiano de "trabalho vivo".

O que distingue o ciclo imaterial das formas clássicas de reprodução do capital? Uma radical autonomia das sinergias produtivas; a transformação do *produto ideológico* em mercadoria; a tendência de o público tornar-se o próprio modelo do consumidor; e o *caráter do evento*, de um processo aberto que se instaura entre trabalho imaterial e o público. Esclarecem os autores que a inovação da produção imaterial está neste processo aberto.

Como consequência, o empreendedor que pretende atingir esse público/consumidor terá de atingir também os valores que esse mesmo público produz. Os valores são colocados ao trabalho e as formas de vida, nas suas infinitas expressões coletivas e cooperativas, é que vão constituir a fonte da inovação. Se os elementos criativos e de inovação são ligados a essas formas, a criatividade e a produtividade na sociedade pós-industrial residem na "dialética entre as formas de vida e os valores que elas produzem, bem como na atividade dos sujeitos que as constituem"³³. Para Negri e Lazzarato, o que é produtivo é o conjunto das relações sociais. Eles destacam o problema de legitimidade da apropriação capitalista deste processo – já que o econômico não predetermina, mas apropria-se das formas e dos produtos desta cooperação, normatizando-os e padronizando-os. O que resta para o econômico é gerir e regular a atividade do trabalho imaterial e criar os dispositivos de controle e de criação do público/consumidor por meio do controle da tecnologia da comunicação e da informação e dos seus processos organizativos.

³³ *Idem*, p. 52.

Negri e Lazzarato abordam também as novas formas de acumulação capitalista para fazerem uma crítica da comunicação e do empreendedor político³⁴. Mostram que a máquina social, a máquina produtiva, a máquina comunicativa e a máquina política tendem a tornar-se articulações de um mesmo processo, qual seja, o do domínio capitalista de todo o real, funcionando, todas elas, sobre o mesmo plano de imanência. Fazem uma analogia com os conceitos spinozanos, tendo esse plano sido caracterizado como o corpo sem órgãos e as diversas máquinas como modos e atributos. O problema enfrentado aí é que a relativa autonomia da máquina comunicativa foi substituída pela descodificação completa, operada pela lógica do mercado, dos fluxos comunicativos, dos seus conteúdos semânticos e dos seus locutores tradicionais (NEGRI&LAZZARATO, 1994).

Citando o exemplo da marca Benetton, consideram que esta estabeleceu uma nova relação entre produção, distribuição e consumo. Agora, a extração de mais-valia não é mais o resultado direto do trabalho; deriva da produção e do controle dos fluxos financeiros e comunicativos, sendo a máquina de comunicação um enorme aparelho de captura de mais-valia. A exploração é organizada pelas pequenas e médias unidades produtivas ou se trata de autoexploração autoorganizada por parte de ‘indivíduos-empresa’ – o que Sergio Bologna havia chamado de *trabalho autônomo* –, ao mesmo tempo material e imaterial, mas independente. O novo capitalismo se constitui sobre a potência dos fluxos, sobre os diferenciais de velocidade de sua circulação, enquanto o empresário será definido pela capacidade de funcionar como elo e multiplicador da sua velocidade de circulação. A relação da Benetton com as redes é do tipo político e busca proporcionar a ‘construção social do mercado’, em um tecido produtivo autônomo. Suas principais características podem ser assim exemplificadas: participação social, fluidez das redes e permanência dos circuitos. A localização da produção passa a ter importância apenas parcial; a inserção nos circuitos terciários da finança e dos serviços, ao contrário, passa a ser decisiva; e a inserção nas redes de comunicação e de alta tecnologia torna-se necessária. Neste modelo, não se vê mais a fábrica; não porque ela desapareceu, mas porque se socializou, tornou-se imaterial; de uma imaterialidade que continua assim mesmo a produzir relações sociais, valores e lucros (NEGRI&LAZZARATO, 1994).

³⁴ Cf. Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio. *Idem*, p.55-69.

O nome, isto é, a marca, será a fonte de renda e o verdadeiro princípio de identidade. A 'constituição do consumidor' é exercitada por meio da publicidade, que produz subjetividade. A imagem é algo diretamente político, cultural, ético. A publicidade serve para constituir o mercado em uma relação interativa com o consumidor, voltando-se não só às suas necessidades, mas sobretudo aos seus desejos; ela interpela diretamente a razão política. Não produz somente o consumidor, mas o indivíduo do capitalismo imaterial, dialogando com as suas convicções, os seus valores, as suas opiniões. Consideram os autores que ela tem a coragem de interpelar o indivíduo ali onde a política tem medo de entrar. Com isso, o marketing mostra sua verdadeira natureza: constrói o produto e solicita formas de subjetivação.

O consumidor não é mais o consumidor-massa passivo de uma mercadoria padronizada, mas o indivíduo ativo envolvido com a totalidade de sua pessoa. Para este fim é necessário 'conhecer' e solicitar sua ideologia, seu estilo de vida, sua concepção de mundo ³⁵.

O capitalismo também não é mais o capitalismo da produção, mas do produto; o marketing não é mais somente uma técnica de venda, mas um dispositivo de constituição das relações sociais, de informações, de valores para o mercado. Trata-se de uma máquina de guerra que, como a empresa imaterial, produz o sentido. Há, sobretudo, a perseguição de um fluxo de desejo, de consumo e de produção de subjetividade.

Praticamente todas as funções políticas são assumidas pela empresa. As relações sociais, produtivas e comunicativas, são atravessadas e colocadas no trabalho pelo empresário político. Produção de mais-valia e sociedade são estritamente conectadas. Com isso, a separação entre a economia e a política está materialmente ultrapassada. Os empresários, para administrar essa nova situação, usarão as categorias de mediação e de legitimação, que vão substituir a disciplina da empresa e a coação administrativa.

No que diz respeito à interação com o Estado, dizem os autores que o que ocorre, hoje, é a integração da máquina comunicativa aos aparatos do Estado e vice-versa, além de experimentações de novas técnicas de controle para substituir as técnicas disciplinares. A verdadeira máquina comunicativa do arranjo produtivo pós-fordista é a infovia, completamente adaptada à nova máquina de produção da sociedade. Somente uma máquina deste tipo faz fluírem os fluxos, legitimando alguns poucos e excluindo a outros segundo o código de mercado, que novamente pode dar força, legitimidade e dinâmica ao

³⁵ *Idem, op.cit.*, p. 63.

Estado. Advertem que este último não intervém *a posteriori* sobre um trabalho de consenso-dissenso, legitimação-exclusão, operado pelo político; ao contrário, o político e a comunicação se pressupõem reciprocamente. Há, sobretudo, uma extrema rapidez em virtude da capacidade que os fluxos comunicativos têm de se desterritorializar e atravessar, ao mesmo tempo, as dimensões sociais e imateriais do capitalismo pós-fordista.

Negri e Lazzarato assinalam, ainda, uma grande mudança introduzida pela subordinação diretamente capitalista dos fluxos comunicativos: nestes, nenhum código externo à lógica do capital-dinheiro pode sobrecodificar e integrar as relações de poder. Isso implica, em última análise, uma imanência absoluta das formas de produção, de constituição, de regulação, de legitimação e de subjetivação.

Atacam, ainda, o problema do trabalho³⁶, pois ele é o centro de qualquer temática de redução de jornada, da sua repartição ou das formas de distribuição da renda – sejam elas a renda garantida, o benefício universal ou a renda de cidadania. Isso só é possível a partir da utilização da base teórica marxiana, que conduz toda a estratégia política no sentido de refutar as críticas de Jürgen Habermas, de André Gorz e de Hannah Arendt sobre a condição do trabalho em Karl Marx. O método marxiano permite que suas categorias apreendam a objetividade da produção e a subjetividade dos agentes da transformação ao mesmo tempo, traduzindo e retraduzindo os sentidos entre estrutura e sujeito. Mas a chave para o sucesso dessa análise está no conceito de trabalho vivo, que mantém juntos trabalho e ação. Eles explicam que, em Marx, o entrelaçamento entre autonomia e heteronomia, liberdade e exploração e subjetividade e objetividade se dá, contemporaneamente, no interior da organização capitalista de trabalho; Marx, assim, não só explica a força da inovação do capitalismo e sua dinâmica com relação aos outros modos de produção, como também mostra a força da refundação da política representada pela luta de classes.

Para reverter os argumentos habermasianos e arendtianos, Negri e Lazzarato apoiam-se na crítica de H.J. Krahl a Habermas. Explicam, assim, que o conceito de produção, em Marx, é, a um só tempo, trabalho e divisão do trabalho – onde, por divisão do trabalho é preciso entender a relação “intersubjetiva”, isto é, a relação política. O trabalho, por sua vez, será sempre encarado como relação “sujeito-objeto e sujeito-sujeito”. Além da profunda

³⁶ Cf. Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio. *op.cit.*, p. 71-90.

originalidade revolucionária deste conceito, ele apreende, ao mesmo tempo, a estrutura e o sujeito; entretanto, como mostra o estudo de Krahl, existirá uma ausência de mediação na passagem de uma categoria a outra, que é denominada de “linguagem”; ela não é apenas um reflexo da divisão do trabalho, mas constitutiva da própria divisão, pois “as relações linguísticas são condições genéticas de uma consciência de classe. (...) É também um princípio da sociedade”³⁷.

Se essas medidas reiteram a crítica do capitalismo, do trabalho e da política, remetem também aos processos de constituição política e de subjetivação que implicam. Isso se torna sumamente importante, inclusive, para o objeto de pesquisa desse trabalho, uma vez que as análises das atividades culturais, relacionais, comunicativas etc. não podem ser privadas de uma crítica da sua subordinação à relação de capital, aos conflitos e ao processo de subjetivação que eles implicam.

Hodiernamente, é impossível distinguir o trabalho da ação na sociedade capitalista. Nesta, isso depende do fato de que

A lógica da dominação da natureza (relação objeto-sujeito), projetada sobre as relações sociais dos homens (relação sujeito-sujeito), reage sobre o concreto processo de trabalho e o socializa, por assim dizer, em si mesmo. (...) As forças universalmente sociais (...) têm como efeito desenvolver em si mesmas o processo de trabalho³⁸.

Negri e Lazzarato usam as observações dos *Grundrisse* para mostrar que, com a afirmação da relação de capital, ocorre o desaparecimento da relação política no funcionamento coercitivo da economia, da transformação da violência em estrutura, em disciplina. Assinalam que a grande descoberta de Marx, nesse âmbito, é a de encontrar a relação *intersubjetiva* no interior da produção capitalista, no conceito de *trabalho vivo*. Trata-se da forma moderna da subjetividade, privada de toda característica social; uma “subjetividade não determinada, capaz de toda determinação”³⁹. O trabalho vivo é, antes de tudo, uma potência ontológica que produz relações políticas, e a força da teoria marxiana origina-se desta sua capacidade de fundar a ética na produção de valor (NEGRI&LAZZARATO, 2001).

Krahl estabelece que, no sistema capitalista, o valor linguístico funciona como valor; com isso, o sistema passará a organizar não mais o tempo do trabalho, mas o tempo da vida. A partir dessas conclusões, Negri e Lazzarato se

³⁷ *Apud* Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio. *Idem*, p. 86-87.

³⁸ *Idem*, p. 80.

³⁹ *Idem*, p. 81.

propõem a pensar nas novas formas de produção, de exploração e dos efeitos de resistência, uma vez que esse tempo da vida é atravessado pela acumulação capitalista. Segundo eles, há duas correntes que se desenvolvem a partir daí: um prolongamento da ideologia ortodoxa do movimento operário, sustentada pelas forças sindicais e políticas, que não coloca em discussão o papel fundamental do trabalho industrial e das suas formas de organização e subjetivação; e aquela que assume as transformações do modo de produção e, em particular, a crise do 'valor trabalho'. Para eles, vai ser interessante abordar essa segunda corrente, pois ela identifica o capitalismo e a exploração com um regime particular de produção - a grande empresa - e um tipo específico de trabalho assalariado - o trabalho operário. Procuram, com isso, demonstrar duas hipóteses: 1) a de que, em Marx, o conceito de 'produção' é um conceito metaeconômico; e 2) que a esfera da produção capitalista deixa de organizar o tempo de trabalho para organizar o tempo de vida. Eles preferem ler esse tempo livre e toda e qualquer atividade cultural, relacional ou cognitiva como o lugar do enfrentamento político, uma vez que o "tempo da vida" está colonizado pela produção de mercado.

A crise do "valor trabalho", que é também crise do capitalismo, abriria a possibilidade de fundar a "relação social" sobre uma "alteridade" nas relações mercantis da esfera capitalista. O "tempo liberado de trabalho" e o valor social das "atividades culturais, relacionais, artísticas, cognitivas, educativas e ambientais" seriam as bases sociais "externas" à economia de mercado sobre as quais se poderia fundar uma alternativa ao capitalismo⁴⁰.

Temos, finalmente, um artigo acrescentado por Maurizio Lazzarato⁴¹, que procura encontrar o "lugar comum", como ele mesmo define, entre a redefinição da natureza do trabalho desenvolvida pelo *operaismo* e pela *autonomia operária* italianos e as teses de Sergio Bologna sobre o *trabalho autônomo*; as de Christian Marazzi sobre o *linguistic turn*; e as de Paolo Virno sobre a relação entre *trabalho e ação*.

A pesquisa de Bologna mostra uma descrição sociológica da organização do trabalho e cumpre uma função política: a de destacar o trabalho autônomo como nova fonte de produtividade e como forma renovada de exploração. O trabalho autônomo é o tipo de trabalho característico do pós-fordismo. Dando os exemplos das empresas individuais, do trabalho autônomo consorciado, do *self-employment* de muitos desocupados e das pequenas empresas que produzem serviços para as empresas, Bologna destaca os aspectos econômicos e

⁴⁰ *Idem*, p.73.

⁴¹ Cf. Negri, Antonio; Lazzarato, Maurizio. *Idem*, p. 91-106.

financeiros, como o prolongamento da jornada de trabalho, a degradação das condições de trabalho e a composição da *renda* segundo lógicas pós-fordistas. Acrescentaria eu, nessa análise, a questão do custo da produção, que é passado ao trabalhador – transporte, luz, impostos, comunicação e o risco. Sua principal preocupação é salientar, além do lado liberatório e inovativo iluminado pelas teorizações do *General Intellect*, o que nomeia como o lado obscuro e trágico das novas condições de produção. Partindo dessa análise, pode-se considerar que os trabalhadores autônomos são mais explorados que os operários fordistas e que ocorre, hoje, uma nova “autonomização” do próprio trabalho. Às características apresentadas por ele⁴², acrescenta-se o fato de haver hoje uma “socialização-intensificação dos níveis de cooperação, dos saberes, das subjetividades dos trabalhadores, dos dispositivos tecnológicos e organizativos”⁴³. O controle indireto tem como objetivo controlar a totalidade da vida do trabalhador autônomo.

Lazzarato considera que o trabalho autônomo possui quatro importantes características: uma grande capacidade de cooperação e de inovação organizativa e comercial; que ele existe somente sob a forma de redes e de fluxos, coincidindo, em sua espacialidade, com o tempo de vida; que é impossível defini-lo como atividade cooperativa fora da dimensão coletiva da vida; e que nele se apresentam aquelas capacidades laborativas – relacionais, comunicativas e organizativas que podem ser definidas como biopolíticas. Com isso, percebe-se que há “uma intensificação dos níveis de cooperação, do saber e de comunidade, que esvazia e deslegitima as funções de comando do empreendedor e do Estado. E é esta última dimensão que qualifica a exploração, não o inverso”⁴⁴.

Ou seja: o conjunto da sociedade capitalista passa a ser reorganizado em função da nova natureza do trabalho, requalificando, também, o trabalho assalariado clássico. Enquanto Bologna mostra que o capitalismo sempre foi uma coexistência de diversos modos de produção, comandados, organizados e explorados pelo mais desterritorializado ou abstrato dentre eles, Lazzarato afirma que o mais desterritorializado é exatamente aquele que exalta a autonomização do trabalho. Por isso a ‘relação de serviço’ servirá de modelo para toda a produção, inclusive a industrial, pois ela é a forma mais harmoniosa de organizar e capturar as relações produtivas, sejam elas comerciais,

⁴² Ver nota 7 da parte 2.1.

⁴³ *Idem*, p. 93.

⁴⁴ *Idem*, p.95.

comunicativas ou sociais. O desafio posto pela tese de Bologna é o de reinventar e requalificar a metodologia de investigação operária no plano da cooperação produtiva e da comunidade (LAZZARATO, 1997).

Ao abordar a tese de Christian Marazzi da produção de mercadorias por meio de linguagem, Lazzarato considera que é necessário dar o devido crédito a este autor, pois a dimensão coletiva, social e intelectual do trabalho pós-fordista é muito destacada por suas contribuições. A partir desse estudo, fica claro que é a comunidade que é explorada pela organização pós-fordista, em um modelo de desarticulação e destruição da comunidade para que se rearticule de acordo com os imperativos da empresa. Significa dizer que a subsunção da comunidade dentro dessa nova lógica capitalista é a subsunção dos elementos linguísticos, políticos, relacionais e sexuais que a definem. Marazzi destaca a problemática da redefinição da distinção entre “trabalho vivo” e “trabalho morto”, procurando determinar o “trabalho vivo” no contexto linguístico para mostrar que é o excedente da comunidade que está na base da nova produção da riqueza, e não o tempo de trabalho (MARAZZI, 1995). Ao aceitar esta tese, Lazzarato percebe a fascinante hipótese de que a produção ética vai se identificar com a produção de valor. Associando linguagem e trabalho, conduz o problema para a determinação do excedente na produção linguística, que produz novas expressões e linguagens – e, não por acaso, novos valores de formas de vida. Esse excedente nada mais é do que um ato criativo. Ao fornecer essa semelhança de origem e estrutura entre ambos os conceitos, Lazzarato expõe que a linguagem fornece a estrutura, mas não as condições materiais e formais do processo de criação. Qual vai ser o problema, então? Definir o trabalho vivo, e não o trabalho. Em outras palavras: como sair da linguagem!

Para resolver esse dilema, percorre a pista indicada por Michail Bakhtin, que coloca a valorização social no centro de uma teoria da enunciação e não da linguagem. Bakhtin põe o problema dos valores e do sentido como seu fundamento. Nele, a ética determina concretamente todos os materiais e as formas da linguagem e do discurso. Com isso, a avaliação social se exprime por meio do corpo, da voz-entonação, da língua e do discurso. E pode ser considerada de forma ativa e passiva: “o mundo dos valores constitui o horizonte (passivo) do qual a valorização depende; mas ativamente, estes mesmos valores constituem a trama sobre a qual a avaliação social (...) cria novos valores”⁴⁵. Ao buscar determinar “quem e como” produz novos valores, tem-se uma teoria da

⁴⁵ *Idem*, p.100.

avaliação social, isto é, da comunicação, distinguindo a produção material da produção do ambiente ideológico e do ato comunicativo. Adverte Lazzarato que, a partir daí, deve-se buscar compreender que disso decorre uma teoria da criação verbal e da invenção de novos modos de vida, o que implica uma teoria do devir e do evento, para não tomar esse excedente de relações como legitimação dos valores existentes.

A Bakhtin não interessa extrair constantes linguísticas dessa avaliação, mas sim exaltar as variáveis; ele quer analisar a relação entre o valor histórico-social e o evento para antecipar, já na década de 1930, uma teoria dos “atos linguísticos”. “Somente a fundação ética da linguagem (...) no evento da sua contínua criação pode permitir-nos sair da autorreferencialidade da linguagem”⁴⁶, sentencia Lazzarato. Ao identificar a produção linguística com a produção pós-fordista, será preciso refazer os fundamentos desse novo modelo de produção, uma vez que situar a estrutura que se transforma em criação contínua de novas formas de vida e de expressão no fundamento da relação mundo-linguagem é pensar que o trabalho vivo pode, aqui, encontrar uma definição de força ativa na constituição do ambiente, do produto e das relações ideológicas.

Finalmente, ao abordar a questão do *General Intellect*, Lazzarato quer analisar os paradoxos que este determina e a maneira como são enfrentados por Paolo Virno. A nova qualidade do trabalho pós-fordista será dada pelo rompimento das fronteiras entre trabalho, ação e linguagem. Virno visualiza na linguagem e na competência enunciativa os paradoxos do *General Intellect* porque, para ele, é nessa base que se constitui “o local do virtuosismo como “faculdade” que se insere além da divisão entre manual e intelectual, entre trabalho e ação, e figuram ao mesmo tempo como a mais eminente fonte da produção capitalista”⁴⁷. Por isso Lazzarato afirma que a linguagem torna-se, em Virno, o “paradoxo-quebra-cabeça da subsunção real”⁴⁸. Ao criticar o fundamento lógico-denotativo da linguagem, Virno quer sair do círculo infinito do autorreferimento e da necessidade de definir os limites da linguagem antes de sua potência representativa. O *sensível não-empírico*, que Virno havia definido como o excedente do mundo com respeito à linguagem e ao valor, excede continuamente a linguagem e rompe com o fechamento sobre si que o autorreferimento da linguagem situa como limite insuperável do mundo e da

⁴⁶ *Idem*, p. 102.

⁴⁷ *Idem*, p. 103.

⁴⁸ *Idem*.

subjetividade, abrindo-se a novas formas de constituição do mundo e da subjetividade (LAZZARATO, 1997).

As consequências dessas hipóteses são múltiplas; o *linguistic turn* é, para Lazzarato, “a verdadeira ideologia da subsunção real”⁴⁹. O papel político mais importante, hoje, é o de destituir o império do simbólico-significante sobre o qual se funda o que denomina de “paradigma-comunicativo”, assim como definir o *sensível não-empírico* como corpo. Lazzarato vai preferir a relação que se abre a uma ética do evento e da criação, como foi visto a partir de Bakhtin, ao invés do paradigma linguagem-mundo.

3.3.

Trabalho e cidadania – como inserir a crítica operaista no debate brasileiro?

Giuseppe Cocco, por sua vez, problematiza essa questão em virtude de causas de origem ideológica e outras que se apresentam em função das dimensões estruturais do mercado de trabalho e da relação salarial no Brasil⁵⁰. Seja por causa da resistência das esquerdas, que permanecem associando os destinos dos trabalhadores aos da relação com o salário, seja porque houve uma verdadeira mistura entre antigas e novas formas de informalidade e flexibilidade, o debate não avança. Se a reestruturação industrial e a emergência de um regime de acumulação globalizado devem ser pensadas como processos contraditórios – em função das novas formas de exploração e de composição técnica do trabalho –, as dimensões constitutivas do trabalho vivo devem ser recuperadas. O desafio – no caso do Brasil –, esclarece, é superar essas limitações ideológicas e estruturais, para alcançar um novo patamar de reflexão sobre as transformações do trabalho. Há, antes de tudo, uma crise que diz respeito ao tempo da propriedade – estabelecido e hermético – e o tempo do trabalho, que se libera, mantendo-se aberto e indeterminado. Inspirando-se nas ideias desenvolvidas por Antonio Negri, em *O poder constituinte*, para problematizar as questões sobre o tempo e a constituição do trabalho, Cocco dá o exemplo da Revolução como crise permanente para que se possam apreender as novas dimensões do tempo revolucionário, que constituem a nova riqueza e a nova humanidade. Explica que é nessa dimensão central da temporalidade das massas que vamos encontrar a centralidade do trabalho (COCCO, 2001).

⁴⁹ *Idem*, p.105.

⁵⁰ *Cf.* Cocco, Giuseppe. “Introdução”. In: *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. *op.cit.* p.7-22.

Cocco explica que o operismo mantém como questão central o trabalho e suas dimensões constituintes, pois, o que pretende é construir outro fragmento da transmutação do operário-massa em operário-social. Por operário-massa entende-se a figura simbólica do taylorismo, aquele trabalhador massificado pelo nivelamento de suas qualidades, destinado a executar tarefas simples e repetitivas. Ele é duplamente massificado: pelos contingentes da força de trabalho concentrados nas grandes fábricas e pela tendencial indistinção de suas características subjetivas. Os operaistas restabeleceram o *nexus* entre a composição técnica do operário-massa e as dinâmicas possíveis de sua reorganização política, antecipando a radicalidade das contradições que o paradoxo da eficácia do conjunto e a competência do indivíduo determinavam e reatualizando o método marxiano (COCCO, 2001).

Na metade da década de 1970, surgiram duas grandes tendências: a *autonomia operária*, que se institucionalizava por meio de um aparelho de garantias jurídicas baseadas no *Statuto dei lavoratori*; e os investimentos intensivos em tecnologias de automação, assim como os primeiros elementos dos processos de externalização e descentralização produtivas. O resultado evidenciou duas sociedades de trabalho: uma constituída pelos trabalhadores das seções centrais da produção e outra, pelos trabalhadores envolvidos nos diferentes círculos da descentralização, da externalização e das formas emergentes de trabalho precário. A primeira seção continuava a ser “garantida”, protegida pela legislação trabalhista e pelos dispositivos de *Welfare* e a segunda era destinada a um regime cada vez mais competitivo, excluída das seguranças do *Welfare*. Estas últimas apareciam completamente ineficazes para a determinação das contradições entre trabalhadores e o novo regime de acumulação. Estas são apontadas na emergência de uma nova composição técnica das forças de trabalho, a do “operismo social” (Negri, 1976; 1978). Com esta nova noção, os teóricos do movimento antagonista tentam dar conta das mudanças que caracterizam os conflitos de classe a partir de 1973-74. À relativa pacificação negociada nas grandes fábricas tayloristas, contrapunha-se uma dinâmica de lutas sociais de tipo novo, acionadas por novas figuras: de um lado, mobilização de estudantes universitários e secundaristas, de trabalhadores precários e das primeiras levas de desempregados em torno de temáticas diretamente salariais; por outro lado, lutas diretamente articuladas nas esferas da reprodução – lutas por moradias e serviços. Neste segundo nível, a explosão do movimento feminista teve um papel fundamental (COCCO, 2001).

A proposta de uma abordagem em termos de operário-social recusava as teses da dualização como fruto da separação entre setores produtivos e setores improdutivos e articulava a centralidade produtiva de figuras sociais cujas dimensões produtivas não dependiam mais da inserção na relação salarial central. A dualização não era negada, mas interpretada como o novo instrumento de comando. As consequências foram enormes, e mais intensas em longo prazo. Estão completamente vivas no debate e nas polêmicas atuais internas do movimento dos desempregados e dentro dos movimentos sociais que marcam a segunda metade da década de 1990 (COCCO, 1997a; 1997b). Os enigmas que ainda caracterizam este debate não escondem a antecipação da questão fundamental, por um lado, da mudança da composição de classe e, por outro, da recusa da ideologia do “fim do trabalho”, ou seja, a recusa da desvitalização da crítica social na mera perspectiva da reivindicação de um capitalismo que crie “mais empregos”. A noção de operário-social se desenvolverá, na década de 1980, na definição de trabalho imaterial.

Passando para a análise do livro escrito pelo próprio Giuseppe Cocco, *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização*, vemos que essa temática operaista serve de pano de fundo para a análise que se pretendeu – a de colocar o debate sobre a globalização e o neoliberalismo na perspectiva das mudanças estruturais que envolvem as bases materiais da produção e as dinâmicas político-culturais da reprodução. Para tanto, Cocco divide os marcos fundamentais do regime de acumulação pós-fordista em três eixos: a autonomização da esfera financeira; a flexibilização e desverticalização da esfera produtiva; e a crescente integração produtiva da esfera do consumo e da reprodução. O livro busca analisar: 1) a crise do capitalismo globalizado, procurando associar as transformações tais como elas se apresentam na Europa e no Brasil; 2) as questões relacionadas ao fordismo e ao pós-fordismo, propondo ferramentas conceituais para criticar o determinismo econômico e as interpretações formais do keynesianismo; 3) a nova qualidade do trabalho vivo à época pós-fordista, isto é, a emergência do trabalho imaterial, que não perde mais suas dimensões sociais e comunicativas e implica uma crise do fordismo – do ponto de vista dos determinantes subjetivos e das transformações do trabalho –, pois os trabalhadores são produtivos exatamente porque agregam ao trabalho seus recursos intelectuais e afetivos, e não porque os separam de sua força de trabalho; e 4) a questão da cidade, a metrópole pós-industrial, como lugar de produção, como o novo espaço-tempo do trabalho vivo no pós-fordismo ou como o espaço de uma temporalidade produtiva múltipla e aberta.

Desde a introdução de seu livro, Cocco mostra que a abominável reprodução do *estado presente* baseia-se no governo das variáveis econômico-financeiras. O aparecimento de um novo tipo de poder, emancipado da sociedade civil e que não precisa construir sua legitimidade social, acarreta uma complexidade das novas dinâmicas dos conflitos sociais e da universalização dos direitos. A crítica insiste em enfatizar a autonomização da esfera financeira em relação à esfera real para tentar recusar a enxergar as dimensões pós-industriais do regime pós-fordista, que determinam uma difusão social do trabalho.

Cocco pretende apontar como a relação entre cidadania e produção tem sido radicalmente transformada: se no fordismo a *inserção produtiva* era a condição da *integração cidadã*, no pós-fordismo os pólos se inverteram: a cidadania se tornou condição *sine qua non* da *integração produtiva*.

Primeiramente, ele trata da questão da crise financeira global e da cisão entre o capital fictício e real e o papel do Estado⁵¹. Ressaltando um paradoxo da globalização – o de ela ser acusada pelos governos da falência de suas políticas e, ao mesmo tempo, ser nas instituições e nos mercados da globalização que os governos buscam os remédios para as crises –, mostra que o pensamento crítico busca permanentemente negar o “novo” e reafirmar os tradicionais limites e contradições do capitalismo. Com isso se cai na armadilha do discurso pós-moderno, a de uma história imutável – que pode ser dividida entre os teóricos críticos que negam as dimensões pós-industriais e até mesmo pós-fordistas do capitalismo globalizado e as abordagens que privilegiam a dinâmica da financeirização, em que o “novo” é integrado e imediatamente negado.

Cocco tenta demonstrar que não é possível analisar a crise financeira em si, pois a sua qualidade depende dos paradigmas que caracterizam os processos de trabalho no capitalismo contemporâneo. Criticando a tese de Robert Kurz – de que a crise seria um poder de compra estruturalmente subdimensionado com relação às capacidades produtivas, e que a solução pelo endividamento produz o que denomina de *falsificação* –, mostra que esse tipo de abordagem nada mais é do que uma atualização do pensamento negativo frankfurtiano. Não há saída possível e as saídas a partir de uma regulação supraestatal ou de uma taxa como o imposto Tobin estariam condenadas à crise. No plano brasileiro, o ponto de partida comum a todos os autores que constituem o núcleo teórico que busca redefinir os espaços da política diante do império da

⁵¹ Cf. Cocco, Giuseppe. *Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização. op.cit.*, p. 19-54.

economia é o do Estado-nacional e de sua soberania. Para esses autores, o Estado é o “espaço fundamentalmente insuperável da política e da construção de uma alternativa ao mercado”⁵². Sem deixar de considerar que o Estado nacional continua a ser um marco fundamental para os teóricos do desenvolvimentismo, Cocco acena com a impossibilidade da resolução desses impasses por essa via.

Quando passa a analisar a crise financeira global, problematiza as questões referentes à autonomização da esfera do capital fictício em relação à esfera real e do Estado como espaço de resistência e democratização. O deslocamento do paradigma dessas questões só é alcançado quando traz o debate do fordismo para o centro do debate brasileiro. Apoiando-se em Christian Marazzi para mostrar a *aparente* atualidade de Rudolf Hilferding, mostra que o que atribui esse novo poder ao dinheiro ou ao capital na forma de dinheiro é a nova qualidade do trabalho. A crise de produtividade se dá simplesmente pelo fato de o indicador da produção não ter mudado; e hoje, nas atividades que caracterizam a economia do trabalho imaterial, não há como se medir ou quantificar a produtividade segundo os moldes tradicionais da economia fordista. Se no pós-fordismo a essência do capital é fictícia e, portanto, parasitária, não há como ser “real”. Cocco mostra que é preciso entender de uma nova forma o modo de ser “financeiro” da riqueza: “com a unidade de mensuração, o que entra em crise é a própria noção de “fictício” e de “real”. Mas a clivagem “fictício *versus* real” implica uma discussão que não se limita à oposição entre financeiro e produtivo”⁵³.

Aceitar a separação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo e ignorar as complexas correlações que ligam a produção ao consumo é continuar aceitando um determinismo produtivista. A questão principal que se coloca de maneira irremediável a partir dessas análises é a do acesso à riqueza socialmente produzida, que não passa mais, necessariamente, pela dinâmica da criação de emprego assalariado; a distribuição e a circulação da riqueza é que devem ser pensadas – e por isso a esfera financeira e monetária adquire uma importância ímpar, pois representam formas de circulação da riqueza. Se a relação salarial formal perde sua dinâmica universalizante no pós-fordismo, reabre-se a discussão sobre a questão da distribuição da riqueza.

Desta maneira, Cocco enterra as pretensões das políticas desenvolvimentistas de apresentar uma saída viável para os impasses

⁵² *Idem*, p. 28.

⁵³ *Idem*, p. 35.

neoliberais; se à época em que o modelo desenvolvimentista tinha possibilidades de criar um “círculo virtuoso” entre produção e consumo isso não ocorreu, diante dos novos embates causados pela socialização da produção e pela sua desmaterialização – sem a correspondente socialização da relação salarial, ressalta ele – esse modelo de assalariamento de massa não mais representa, necessariamente, um instrumento de integração cidadã, de distribuição de renda e de universalização dos direitos. Existe outra dinâmica, que indica exatamente o contrário dessa lógica: “é a distribuição prévia da renda que pode permitir a universalização dos direitos, dos padrões de consumo e sobretudo da integração produtiva”⁵⁴. Isso significa uma distribuição prévia de educação e de serviços universais de qualidade.

Para fechar essa primeira análise, Cocco aborda a questão do Estado nacional – e sua soberania – e a possibilidade de essas formas de estruturas características da modernidade darem conta de uma política de resistência.

Precisamos saber se efetivamente as estratégias de resistência e de luta podem assumir o Estado-nacional como um referente fundamental diante do capital globalizado e de suas instituições. O Estado-nacional pode ser, nos países do Norte, o ator da luta contra a exclusão, para a transformação solidária do sistema de *welfare* herdado do fordismo (e sucateado por mais de 15 anos de políticas neoliberais)? É possível tornar os Estados pós-desenvolvimentistas atores de políticas econômicas que privilegiem o crescimento e a integração socioeconômica dos importantes segmentos populacionais que ainda vivem em condições precárias ou de miséria absoluta?⁵⁵

As respostas a essas questões não podem ser imediatas nem lineares, como bem adverte o autor. Dependendo do alinhamento ou do enfrentamento em torno da defesa da soberania nacional, as alianças que daí decorrem podem ser transversais e até mesmo ambíguas. É inegável que a volta do papel do Estado afirmou-se de maneira ampla na esfera da regulação econômica, mas responder a essas indagações acima descritas é bastante difícil, por inúmeras razões: porque as condições materiais já não são mais as mesmas da época fordista; porque há uma desregulamentação do setor público – e muito mais rápida e avassaladora nos países do sul; porque a ideologia do Estado mínimo não quer dizer redução real do papel do Estado; ou, ainda, porque apostar no Estado é pensar nele como uma figura de mediação social.

Ao discutir a questão do trabalho vivo, as transformações pelas quais passam as sociedades “pós” adquirem um sentido. Por isso a recuperação da obra de Marx, pois o conceito de trabalho vivo “é fundamental para estabelecer o

⁵⁴ *Idem*, p. 39.

⁵⁵ *Idem*, p. 46.

nexo entre liberdade e igualdade, entre libertação política e emancipação econômica, entre os meios e os fins”⁵⁶. Como esclarecem Michael Hardt e Antonio Negri, é somente por meio dessa afirmação do trabalho vivo que se vislumbra:

Uma visão da modernidade sempre aberta entre (...) a potência constituinte do trabalho vivo e de seus agenciamentos concretos e (...) sua redução dentro do poder constituído do trabalho morto e de seus arranjos abstratos. (...) Atacando o moderno como tradição unitariamente totalitária (e “termidoriana”), os pós-modernos negam a “outra” tradição moderna, a da revolução humanista da Renascença; a da imanência, da singularidade e da diferença⁵⁷.

A seguir, Cocco apresenta alguns aspectos da passagem do fordismo ao pós-fordismo para mostrar que o centro do deslocamento do paradigma encontra-se no trabalho vivo, imaterial. Sendo este um recurso do tecido social e cooperativo dos próprios fluxos comunicacionais – que se tornaram produtivos –, a produtividade do trabalho vai depender dos níveis de sua subjetividade e esta, por sua vez, da capacidade de socialização e de comunicação do trabalhador. Ou seja, essa subjetividade não está mais subordinada à relação salarial ou à organização científica do trabalho, pois as combinações produtivas aparecem antes, no tecido comunicativo, na cooperação social. Como estabelece, ao final do capítulo, “não é mais a inserção produtiva que legitima a cidadania, mas esta última que torna possível a inserção produtiva”⁵⁸. O debate sobre a crise do Estado e sua reforma deve levar em conta essa mudança paradigmática para não cair em reducionismos ou em modelos que são, muitas das vezes, bastante caros às esquerdas na América Latina, mas que terminam por reforçar a ideia de um Estado-providência que não pode mais dar conta dessa infinidade de fluxos produtivos e de relações.

O autor percorre toda a evolução dos Estados nacionais para mostrar os limites do pensamento desenvolvimentista, no caso do Brasil e dos países da América Latina, e as mudanças ocorridas no pós-guerra na Europa impulsionada pelo keynesianismo. Os planos de estabilização marcaram as economias do sul e a pressão externa que buscava traduzir uma precária hegemonia política em uma adesão incondicionada por parte desses países – como no caso das políticas econômicas edificadas a partir do Consenso de Washington –, escondem a articulação de um projeto político sobredeterminado pelos constrangimentos econômicos. Como consequência, a oposição política terminou encurralada no mesmo impasse; pouco faltaria para tomar as

⁵⁶ *op.cit.*, p.54.

⁵⁷ *Apud* Cocco, Giuseppe. *Idem*, p.54.

⁵⁸ *Idem*, p.90.

economias centrais como modelos institucionais⁵⁹. Para fugir dessas armadilhas, ele propõe que a democratização da relação salarial e a distribuição keynesiano-fordista da renda sejam lidas na perspectiva do desenvolvimento da sociedade e não do Estado. Ainda que analise exaustivamente e com bastante lucidez o caso brasileiro, afirma a necessidade de apontar um debate mais global para mostrar os processos da reforma do Estado e indicar alguns paradoxos. Esses processos estão inseridos na crise do modelo de regulação que foi a característica principal das economias fordistas e das economias marcadas pelas políticas de industrialização por substituição de importações no segundo pós-guerra. A forma-Estado que se afirmou naqueles países que puderam se dotar de condições sociopolíticas bem determinadas foi a da passagem da “economia política” para as “políticas econômicas”. A repartição dos ganhos de produtividade entre capital e trabalho foi afirmada na relação salarial, o que permitiu a recomposição dinâmica de produção e consumo de massa. Disso decorre uma especificidade do fordismo: a de que ele “baseou sua força homogeneizadora mais nas novas características da relação salarial do que nas próprias políticas econômicas”⁶⁰.

Ora, e para que interessa a Cocco essa abordagem? Para apontar os níveis de distribuição de renda diretos (salários) e indiretos (o sistema de *Welfare State*) que são determinados pela própria relação salarial. O paradigma pós-fordista pode ser explicado pela desterritorialização e pela reorganização empresarial – que obrigaram as empresas a procurarem seus lucros nas atividades imateriais; trata-se, portanto, de um paradigma social, que é qualificado pela integração produtiva do consumidor como produtor. A divisão internacional do poder será decidida a partir do comando sobre as redes informático-comunicativas. Os *copyrights*, *trademarks* e *trade-secrets* passam a ser os objetos das negociações e é somente a partir dessas mudanças paradigmáticas que se pode pensar o novo papel do Estado.

Um terceiro ponto de sua abordagem⁶¹ vai esmiuçar a nova qualidade do trabalho vivo no pós-fordismo. Retomando a argumentação anterior, Cocco explica que a novidade das lutas sociais que pressionavam por uma extensão do *Welfare State* estava em evitar o conflito de tipo reivindicativo para buscar práticas de autovalorização. O tempo aberto da cooperação social, liberto

⁵⁹ Ainda que o livro tenha sido escrito em 2000/2001, creio que, após os recentes espetáculos proporcionados pelas empresas norte-americanas e europeias e seus governos durante a crise econômica de 2008-2009 – que provocaram, em grande parte dos casos, uma reestatização do setor financeiro –, essas tendências tenham sido enterradas de uma vez.

⁶⁰ Cocco, Giuseppe. *Idem*, p. 63.

⁶¹ Cf. Cocco, Giuseppe. *Idem*, p.93-121.

daquela organização operária, tornou-se arma na luta por novos direitos. É essa rearticulação espaço-temporal da produção industrial e a emergência dos territórios das redes que caracterizam o pós-fordismo. Ele dá o nome de modelo de especialização flexível a todo esse processo de integração virtual, que busca, antes de mais nada, desenvolver as redes telemáticas internas e externas à empresa; como consequência, é solicitado ao trabalhador a sua subjetividade, sua imaginação, sua criatividade e sua flexibilidade, rearticulando e recompondo o trabalho nas sociedades pós-fordistas e tendo o trabalho vivo como central.

Cocco define o pós-fordismo como o “regime de acumulação que implica a co-presença de diferentes configurações produtivas, desde as formas de tipo proto-industrial até o toyotismo”⁶². Caracteriza-se pela socialização das condições de produção e pela identificação dessas com a comunicação social – que funciona como interface entre comportamentos de consumo e condições técnicas de produção material. A rede é ativada e individualizada pelo consumidor, transformando o produto-serviço em uma construção socializada, interativa. O ato de consumo representa o conteúdo informacional e comunicacional da produção do ambiente ideológico e cultural do consumidor, bem como da reprodução das condições de produção. Ele ressalta que a dimensão imaterial não é característica do produto, mas do trabalho, e a análise em tempo real dos atos de consumo é que possibilita a organização das atividades de concepção e de agenciamento dos fluxos produtivos – uma vez que a comunicação social vai permitir a produção e a transferência de informações; portanto, é a nova centralidade do trabalho vivo que constitui o pano de fundo de uma reflexão articulada entre suas dimensões imateriais e comunicativas e suas dimensões espaciais; são as articulações sociais desses fatores imateriais que vão caracterizar as dinâmicas produtivas no pós-fordismo. Ao cooptar a participação de toda a sociedade na produção da riqueza, torna-se impossível distinguir as fases de produção das de consumo, o tempo de trabalho do tempo da vida. A própria integração dos ciclos de produção e de reprodução tende a eliminar toda essa diferença; não se distingue mais o período de emprego e o período de formação, a atividade produtiva da improdutiva.

Outro aspecto importante levantado por Cocco é quando trata da questão da subsunção da produção material às atividades imateriais e, conseqüentemente, a subsunção de toda a sociedade no processo de valorização. Utilizando-se da pesquisa de André Antolini e de Yves-Henri

⁶² *Idem*, p. 101.

Bonello, esclarece que a prática de comportamentos de consumo de tipo narcísico ou hedonistas são universais – particularmente nos jovens – e que essa prática constitui um esforço de comunicação e de socialização, sendo, talvez, formas de resistência diante das formas de exclusão que tocam aqueles que não têm acesso à função simbólica da marca. Adquire a imagem narcísica, portanto, o peso do ‘não’, da recusa.

O trabalhador imaterial é a expressão mais avançada desse novo modo de produção que se baseia na produção de informações e de linguagens. Toda e qualquer quantidade e qualidade de trabalho vai ser organizada tendo como referência a sua imaterialidade. Ele engloba não somente os assalariados, como também os trabalhadores precários, os desempregados, os estudantes; todo o conjunto das figuras sociais. A dimensão social faz emergir o que Marx denominou de *General Intellect* – sendo que Cocco prefere usar o termo intelectualidade pública. A transformação das forças de trabalho ocorre, como já vimos, quando o produto não é mais criado pelo trabalhador individual e passa a ser o resultado de uma ação que necessita da atividade social para ser realizada.

Na última parte desta análise, ele tratará de um assunto que interessa sobremaneira à minha pesquisa, que pode ser resumido da seguinte forma: com a emergência do trabalho imaterial, não é mais possível fazer a distinção marxiana entre a atividade que realiza concretamente uma obra e passa a existir de maneira independente daquela do produtor – à qual Marx atribui uma qualidade produtiva – e aquela atividade cujo produto é inseparável do ato de produzir, como, no exemplo apontado por Paolo Virno, dos artistas executores de uma partitura – que, para Marx, seria um trabalho improdutivo. O trabalho imaterial, por ser socializado, é uma forma de ação que alcança atualizar a virtualidade geral acumulada pelas redes de cooperação produtiva, fazendo desaparecerem as polarizações hierárquicas características do fordismo entre intelectual e manual, concepção e execução, produção e consumo, trabalho e não-trabalho.

Ao se recompor o “fazer” e o “pensar” no modelo da ação política, a própria figura do artista executor, do virtuoso, aparece como o novo padrão de um trabalho cuja dimensão concreta passa pela socialização. “O virtuosismo é a arquitrave da ética e da política... pois nela o fim corresponde à ação” (Virno, 1995:203).⁶³

⁶³ *Apud* Cocco, Giuseppe. *Idem*, p.115.

A atividade sem obra, portanto, passa a ser a regra, pois os fluxos comunicacionais e sociais engendram a imaterialidade do trabalho, que se atualiza por meio da troca de informações e de saberes. O trabalho, na época pós-fordista, não se caracteriza mais pela execução de um fim particular, mas pela modulação e intensificação da cooperação social. Cocco salienta que o trabalho imaterial se assemelha à prestação do virtuoso, em função de um intelecto público e de uma competência linguística comum.

A ressalva que pode ser feita a essa análise é a de que o virtuoso, para executar a sua obra, necessita de anos e anos de um aprendizado solitário, desgastante, que o coloca em uma situação de isolamento e muitas vezes de penúria – caso não seja abastado o suficiente para se manter, a fim de se qualificar a exercer uma função virtuosística. É o caso, por exemplo, do pianista mencionado por Virno, do professor, que passa a maior parte de sua vida preparando aulas e estudando, ou de qualquer ator – e, nesse caso, ainda que, hoje, o padrão televisivo e a facilidade de filmagem acenem com a possibilidade de qualquer um atuar, o mesmo não se aplicaria à possibilidade de executar uma partitura. Por outro lado, o trabalho imaterial prescinde desse *know-how*, pois se utiliza das experiências comunicacionais e linguísticas de cada sociedade, de cada indivíduo, mantendo constantes o fluxo de troca de informações e de apropriação dos saberes. É o estar posto no mundo que determina a qualidade do trabalho imaterial e não a genialidade ou o tempo de estudo de cada virtuoso. Com isso, abre-se um novo questionamento: as tentativas de se homogeneizarem as sociedades nunca asseguraram indivíduos iguais, o que, se não foi realizável, não foi tampouco desejável; hoje, pelo contrário, cada vez mais a individuação e as diferenças são notadas nos corpos, no falar, no agir e no pensar. É verdade que as diferenças podem ser cooptadas – e o são, de fato – para dentro do sistema produtivo das sociedades pós-fordistas, mas a qualidade da diferença é sempre particular e desejada. Nesse caso, associar o trabalho imaterial ao trabalho do virtuoso significa admitir metaforicamente que cada um escreve sua própria partitura com sua própria música, apesar de elas necessariamente se comunicarem. Em outras palavras: há uma explosão de partituras e de músicas nas sociedades pós-fordistas que orquestram, cada uma delas, uma sinfonia própria, e são capturadas pela infovia. Resta saber se todas elas são devidamente valorizadas e vão ser *executadas* ou se tendem a se perder no meio da pasteurização de informações, de repetições e, sobretudo, de escolhas.

Para terminar, Cocco trata da produção da cidade e da cidade como lugar de produção⁶⁴; nota-se que ele avalia os efeitos dos violentos e acelerados processos de urbanização e metropolização ocorridos em realidades sociais – como as do Brasil e do México – para visualizar novos níveis de máxima determinação livre e aberta da alteração dos sujeitos produtivos, enxergando os novos territórios sociais reabertos como espaços virtuais. Ainda que haja desigualdades e segregações sociais crescentes nos países que sofreram uma política neoliberal, as populações das cidades destes países participam ativamente da integração mundial dos mercados e das culturas. Com isso, o pós-fordismo pode se desenvolver mais facilmente que na Europa, por exemplo, simplesmente porque estes países não contêm o que o autor denomina de “inércia institucional do tipo fordista”. Ele pretende demonstrar também que, no pós-fordismo, não existe uma inversão da dimensão originária da urbanidade, que a oponha ao desenvolvimento territorial, ao fora do campo. O local deixa de ser oposto ao global e o que surge dessa análise é a permanente tensão entre essas duas dimensões, exatamente pela ausência de um “fora”. O policentrismo, que é o centro da nova urbanidade, é algo extremamente complexo, resultado

De processos simultâneos e interdependentes de desterritorialização (...) e de reterritorialização existencial, (...) de determinação de proximidades virtuais, espacial e temporalmente dependentes dos critérios subjetivos de identidade e de *jouissance*, (...) de uma “urbanidade” imediatamente produtiva (...); a grande cidade transforma-se em lugar de máxima tensão produtiva entre os processos de individuação e os de socialização, entre as trajetórias (diagramas) da subjetividade e os espaços públicos de frequência, isto é, de comunicação, de trocas linguísticas.⁶⁵

Com isso, percebe-se que ele não é necessariamente exclusão e fragmentação; pelo contrário, pode determinar-se como espaço de aberturas virtuais, de liberdades produtivas e criativas sem precedentes. Este caminho de abertura serve para mostrar que os pequenos espaços das metrópoles pós-modernas são, hoje, os espaços de uma nova virtualidade produtiva. Quando as sociedades “pós” fazem um movimento de retorno da urbanidade, isso não deve corresponder à simples reafirmação mecânica de uma nova e estável hierarquia espacial e social, exatamente porque a urbanidade é constituída de centralidades difusas. Essa nova dimensão é que não pode ser disciplinada, que obriga o comando a articular outros instrumentos de exclusão, de fragmentação e de segregação (COCCO, 2001).

⁶⁴ Cf. Cocco, Giuseppe. *Idem*, p. 123-156.

⁶⁵ Cocco, Giuseppe. *Idem*, p. 148.

Ao considerar o Brasil, afirma que as questões da fragmentação social e da segregação espacial nunca foram rearticuladas e reduzidas. Usa o exemplo da polarização tardiamente evidenciada na década de 1980 aqui no país – favelas *versus* condomínios fechados da Barra da Tijuca – para tornar patente esses novos casulos (*cocoonings*) conectados pelos níveis de renda e pela multiplicidade de conexões telemáticas, mais ao mercado mundial que à própria cidade. Com efeito, a rede mundial de computadores e as novas tendências tecnológicas propiciaram o ambiente perfeito para a proliferação desses casulos em qualquer espaço – hoje, por exemplo, o aparelho celular é suficiente para criar esse tipo de enclausuramento, haja vista a quantidade de pessoas que andam pelas ruas e parecem estar falando sozinhas, quando estão, na verdade, conectadas com todo o mundo, exceto com aquela realidade que está à sua frente. Mas esses condomínios, bem como os centros financeiro-administrativos e os *shopping centers*, inserem-se, por sua vez, em um processo de desterritorialização da metrópole, o que certamente contribui para o aumento de sua segmentação interna.

O que se depreende dessas análises urbanas é que a definição do novo papel da cidade e de seus novos modos de inserção é imprescindível. Ao dar os exemplos de Detroit e de Turim – que abrigavam o ciclo produtivo do automóvel e entraram em uma rede de *input-output*⁶⁶ –, Cocco vai explicar, usando os conceitos do geógrafo mexicano Giuseppe Dematteis, que “a posição geográfica torna-se relacional”⁶⁷. A volta à cidade, ensaiada no período da crise do Estado-nação, deve-se mais à transmutação da cidade e da produção que ao simples movimento cíclico da história. Substituindo a imagem do mosaico pela imagem do arquipélago para dar conta das novas estruturas dos territórios, o autor utiliza o conceito de *hiperespaço* proposto por Frederic Jameson para falar da trama complexa da cidade de Los Angeles, onde as informações viajam a uma velocidade vertiginosa e transformam a cidade em uma soma de localidades organizadas em rede, interdependentes. A maior consequência é a disputa pelos espaços urbanos e pelos espaços políticos, que se tornam objetos de negociação⁶⁸.

⁶⁶ No sentido econômico do termo, de um modelo *input-output*, isto é, a análise de entradas e saídas, que se utiliza do quadro de entradas e saídas (TES, em francês) para prever as influências das modificações de um setor de atividade particular ou mudanças de consumo sobre o resto da economia.

⁶⁷ *Apud* Cocco, Giuseppe. *op.cit.*, p.129.

⁶⁸ Um bom exemplo é o filme *Crash* – no limite, de 2004, onde os mais diferentes tipos de pessoas entram em colisão nas ruas de Los Angeles em menos de trinta e seis horas. A cultura de cada um, seus julgamentos e crenças são postos em conflito.

Depois de citar algumas abordagens que toma por insuficientes, Cocco aponta as saídas apresentadas por esses autores: a do renascimento da “classe operária” como *forma abstracta* ou a da revitalização do papel do Estado. O problema é que elas não dão conta da passagem para o regime pós-fordista, onde as relações são extremamente móveis e há uma revalorização das dimensões locais de constituição social e produtiva. A recusa da dimensão pós-industrial se dá pela interpretação equivocada do conceito marxiano de “exército de reserva” para interpretar as questões da fragmentação social e as dinâmicas da segregação metropolitana. Esse discurso vai ser usado tanto pelos neoliberais como pelos movimentos de esquerda: os primeiros, para tentar conquistar a “flexibilidade” a partir da quebra de toda forma de organização da sociedade civil; os segundos, para se manterem atrelados à relação salarial taylorista-fordista, tornando-a algo a ser ‘conservado’. Só é possível sair desses impasses reportando-se ao operismo e às grandes contribuições do marxismo renovado dos anos 1950 e 1960, bem como às lutas operárias dos anos 1960 e 1970, onde aparece, com todas as letras, que “força de trabalho” e “classe operária” não são sinônimas. A frase de E. P. Thompson é, nesse contexto, lapidar: “A classe não luta porque existe, mas existe porque luta”⁶⁹. É somente tendo isso em mente, isto é, que a classe constitui-se “fora e contra”, prevenindo contra a existência alienada determinada pela relação salarial, que se pode entender o pensamento marxiano ao falar da recomposição das esferas do econômico e do político, da igualdade e da liberdade, do trabalho e da propriedade. A flexibilidade é um espaço aberto da dinâmica de reorganização do comando, mas é também um produto e eixo de avanço das lutas sociais.

Se a metrópole produtiva pós-fordista supera a dimensão de *enclosure* da cidade do século XX é porque há outra relação com o território, que a tradicional oposição fechado/aberto não consegue dar conta. As novas dinâmicas espaço-temporais constituem um horizonte aberto de atualizações e de virtualidade e há, como explica Cocco, uma independência ou indiferença geográfica associada a uma nova configuração do trabalho. Por isso Los Angeles é mais interessante para sua análise que Chicago.

Finalmente, Cocco reitera que o trabalho pode se tornar, na sociedade pós-fordista, o verdadeiro eixo das novas lutas de classe. O desenvolvimento ao longo desses capítulos de uma nova perspectiva teórica e política representa uma alternativa à ideologia pós-moderna do fim do trabalho, ainda que as

⁶⁹ *Apud* Cocco, Giuseppe, *op. cit.*, p. 142.

contradições internas a esse modelo apareçam sob a forma de enigmas constituintes e devam ser mais trabalhadas. Um exemplo são as contradições internas aos próprios conceitos de trabalho imaterial e *General Intellect* – especialmente no que diz respeito à dinâmica do dinheiro relacionado às dinâmicas produtivas e à linguagem (MARAZZI, 1996).

O que não se pode mais negar é que o trabalho, no pós-fordismo, torna-se abstrato, em função da maneira como se insere nas condições gerais de produção. “Abstrato e o concreto coincidem na figura da produção de uma *subjetividade produtiva de subjetividade (subjectibilité)*”⁷⁰. Trabalho e capital não podem mais convergir, em nenhuma síntese. A crise, portanto, torna-se permanente.

3.4.

Internet, web e as batalhas dos *Creative Commons*, da propriedade intelectual e da televisão digital

Nesta parte do trabalho, pretendo analisar sucintamente as mudanças operadas pela internet e pela *World Wide Web* (“WWW” ou “web”), no que diz respeito ao modo de se trocar informações, à qualidade do trabalho e aos problemas relacionados à propriedade intelectual. A instantaneidade da troca permite uma disseminação da informação e de cultura sem precedentes. Do lado de algumas empresas e de alguns governos e, principalmente, da grande indústria cultural, existe um movimento que tenta frear, restringir e cobrar por esse compartilhamento, visando controlar o fluxo de trocas de arquivos e do saber.

O que ainda se pode falar sobre a internet ou, melhor dizendo, sobre quaisquer conjuntos de redes de computadores interligados? Para alcançar o desenvolvimento de hoje, ela necessitou da ciência e da tecnologia cultivadas no interior das universidades, com o talento e o entusiasmo de jovens e com a disponibilidade definida por De Masi como uma abordagem feita de ócio criativo, pois que o trabalho, o estudo e a diversão coincidiram em um clima de camaradagem e de comprometimento⁷¹. Sabe-se que a ideia da internet resultou de inúmeras investigações realizadas na Agência de Pesquisas em Projetos

⁷⁰ Cocco, Giuseppe, *op.cit.*, p. 170.

⁷¹ De Masi, Domenico. *op. cit.*, p.353 e 360. E De Masi acrescenta: “Basta pensar que, para difundir a internet, centenas de milhares de engenheiros retornaram voluntariamente às velhas faculdades de origem para ensinar os jovens a se conectar”.

Avançados (ARPA)⁷² e que, ainda que já estivesse operacional desde a década de 1970, somente a partir de 1988 houve uma abertura da rede para interesses comerciais. Até então, não havia um meio global de informação, no qual os usuários pudessem ler e escrever utilizando-se de computadores conectados à internet. Essa revolução aconteceu em 1991, dentro do Conselho Europeu para Energia Nuclear (CERN), onde o físico inglês Tim Berners-Lee, buscando uma maneira de compartilhar informações com outros físicos espalhados ao redor do mundo, criou a *World Wide Web*, que trabalha sobre a plataforma da internet. O funcionamento é bastante simples: gerenciar a informação e transmiti-la através da internet usando o hipertexto⁷³. Hoje, tornou-se lugar comum falar em *web*; viver sem ela é altamente improvável para um quinto da humanidade. O que importa notar é que ela, assim como os *mass media*, permitem a transferência de informação em tempo real por toda e qualquer parte, ao mesmo tempo em que afeta as relações sociais, compõe a personalidade do cidadão e possibilita novas formas de trabalho, diferentes das tradicionais.

Parece que estamos, hoje, no momento da *web 2.0*; ainda que não haja um consenso sobre o que isso significa: ela pode ser vista como uma segunda geração de comunidades e serviços, que envolve *wikis*, redes sociais e tecnologia da informação. O que muda, basicamente, é a forma como os usuários e desenvolvedores encaram a *web*. A versão “beta”, por exemplo, não existe mais; não há mais ciclos de lançamentos de programas, pois um programa é lançado e aperfeiçoado em tempo real por uma série de internautas. Ao visitar a Campus Party esse ano, Tim Berners-Lee, o pai da *web*, disse que o futuro da internet é voltar a suas origens e defendeu a telefonia celular como meio de inclusão digital. Segundo ele, a *web 3.0* proporcionará aos usuários maior controle sobre suas informações pessoais e sobre como usá-las. A maior

⁷² *Advanced Research Project Agency*, agência norte-americana criada em 1957, ligada ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, sob a supervisão do presidente Eisenhower. Os soviéticos haviam lançado o primeiro satélite artificial da história, o *Sputnik*, e os EUA tentavam reagir. A agência visava manter a superioridade tecnológica norte-americana no auge da Guerra Fria. Como havia uma preocupação com a segurança na comunicação em caso de ataque nuclear, os pesquisadores começaram a buscar soluções para interligar pacotes de dados em redes, com o objetivo de desenvolver a comunicação entre protocolos. Esse processo foi chamado de *Inter Netting Project*, sendo que o sistema de “trabalho em rede” que emergiu dessa pesquisa passou a ser chamado de internet. O sistema TCP/IP – Protocolo de Controle de Transmissão e Protocolo de Interconexão –, que, até hoje, é o sistema de protocolos da rede, é o resultado dessa pesquisa. É interessante notar o caráter colaboracional na invenção da Internet, pois a Agência norte-americana trabalhava em cooperação com diversos outros órgãos e empresas.

⁷³ No final de 1990, Berners-Lee já tinha criado todas as ferramentas para que a Web funcionasse: o Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP), o Hipertexto Markup Language (HTML), o primeiro navegador e o primeiro servidor de Web, bem como as primeiras páginas que entraram no ar no sítio do CERN: <http://info.cern.ch>.

tendência da rede é sua aparição nos telefones celulares, que Berners-Lee defende como meio de inclusão digital para conectar áreas rurais e remotas⁷⁴.

Hermano Vianna, em entrevista⁷⁵, esclarece que, quando do aparecimento da *web*, novamente se alardeou aquela ideia de que ela nivelaria de vez a cultura, que seria o golpe final nas diversidades locais, mas não foi exatamente o que aconteceu. Toda a discussão sobre indústria cultural sempre foi marcada por esse argumento: de que ela homogeneizaria o planeta. Colocando-se contrário a isso, cita o exemplo do *hip-hop* que, com sua disseminação pelo mundo, trouxe inúmeros resultados, sendo que alguns já são considerados expressões locais, como é o caso do *funk* carioca. Para ele, a grande mídia demorou a descobrir o que estava acontecendo porque tentava replicar na rede o que fazia fora dela: a ideia de *broadcasting* – ou transmissão, que estabelece que a mesma informação é enviada para diversos receptores ao mesmo tempo –, de que a rede continuaria sendo um lugar passivo, onde uns produziam e outros recebiam o conteúdo (VIANNA, 2007).

Eduardo Viveiros de Castro, por sua vez, considera que, com a rede, houve uma mudança do modelo típico do intelectual brasileiro: antes, era aquele menino de província, que esperava o suplemento dominical e sonhava com o Rio de Janeiro ou com São Paulo: “Éramos todos meninos do interior; inclusive os cariocas e paulistas – nossa metrópole era estrangeira, apenas”⁷⁶. Hoje, a *web* modifica e afeta a relação entre centro e periferia, uma vez que um estudante do interior de Alagoas pode ter o mesmo grau de informação sobre o mundo que um estudante da USP. Se há o temor da perda da diferença, da padronização, Castro considera, como Lévi-Strauss⁷⁷, que as coisas ficam todas iguais, mas umas diferenças são potencializadas e outras se equalizam; e adverte que, talvez, elas possam aumentar, explodindo de diferenças internas a cultura ocidental (CASTRO, 2007).

⁷⁴ Jornal O Globo, publicado em 20/01/2009. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2009/01/20/campus-party-tim-berners-lee-diz-que-futuro-da-internet-voltar-suas-origens-754056584.asp>. Acesso em: 20/01/2009.

⁷⁵ Cultura e Pensamento entrevista Hermano Vianna. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_e_pensamento. Acesso em: 10/09/2007.

⁷⁶ Castro, Eduardo Viveiros de. *op. cit.*, p. 176-177.

⁷⁷ Em *Raça e história* (1952), Claude Lévi-Strauss comenta: “é inexorável, a civilização ocidental vai se universalizar, mas não pensem que isso vai diminuir as diferenças, elas vão passar a ser internas, em vez de ser externas”. *Apud* Castro, Eduardo de, *op. cit.*, p. 177.

3.4.1.

Mudanças de perspectivas e possíveis restrições ao uso da Internet: *Crowdsourcing*, a neutralidade da rede, servidores-raiz e *internet alternativa*

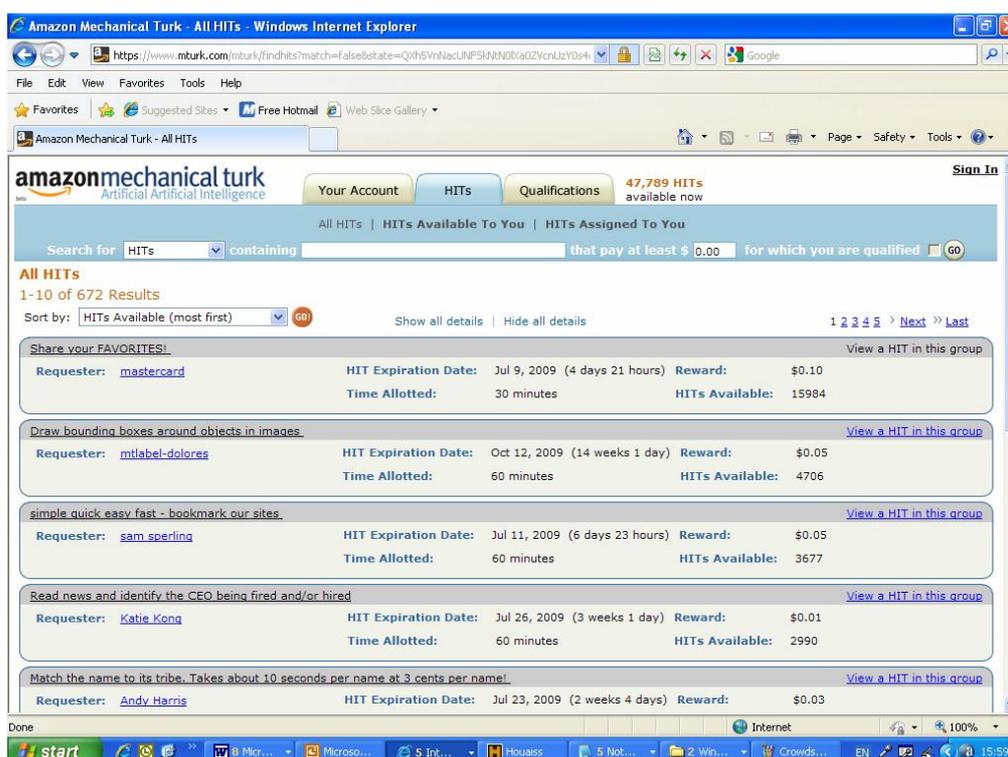
Talvez o exemplo mais atual do aperfeiçoamento de uma nova apropriação do trabalho coletivo e de ideias possa ser observado no conceito explorado por empresas de informática e de gerenciamento: o de *crowdsourcing*, que, assim como a *web 2.0*, baseia-se na inteligência coletiva. Este termo, que ainda não tem uma tradução para o português, assume dois significados: 1) literalmente, pegar um trabalho usualmente executado por um empregado e *jogá-lo à multidão para quem quiser fazer*, aproveitando-se da criatividade, da inteligência e do *know-how* de um sem número de internautas; nesse caso, pode ser definido como produção de conhecimento em massa sem que haja um controle centralizado; e 2) também é uma nova medida da participação da audiência, um método de comprometimento da empresa com o seu nicho de mercado e a simples possibilidade de se apropriar das grandes ideias e dos registros em vídeos ou fotográficos – por ora – de seus consumidores, como no exemplo do *jornalismo participativo*: os usuários fazem a notícia porque estão no local onde ela ocorreu e perdem os direitos sobre seus materiais ao enviá-los para os jornais. Quando *jogado à multidão*, o *crowdsourcing* representa uma tarefa repetitiva ou que os funcionários da empresa não podem desempenhar em função de tempo; ou, ainda, que não faz parte das atribuições principais da empresa; quando necessita da colaboração dos internautas, já pode ser visto como grande estratégia para o desenvolvimento de projetos e é capaz de substituir o *outsourcing* que caracterizou, inclusive, o pós-fordismo – desmembramento de empresas, produção descentralizada, etc. Afinal, ninguém sabe o que pode realizar a inteligência coletiva da multidão em ação. Os pagamentos são feitos na conta que o usuário indicar, não há cobrança de lucros presumíveis (ao menos nos EUA) para esse tipo de atividade e a pessoa desempenha a tarefa em seu tempo livre. Algumas empresas já operam ou operaram (caso do Google) com esse tipo de ação, como as que se aparecem no gráfico abaixo:



Fonte:

http://conhecimento.incubadora.fapesp.br/porta/anteriores/2007/wiki/CrowdsourcingComoEstrat_c3_a9giaDeNeg_c3_b3cios.

Casos como os da livraria *Amazon.com* e do *iStockPhoto* são paradigmáticos. No primeiro, a empresa criou o que denomina de *HITs*, *Human Intelligence Tasks*, isto é, tarefas para serem desempenhadas pela inteligência humana; cabe ao internauta percorrer a lista de tarefas, escolher quando executa uma delas e o horário em que vai trabalhar e depois receber por isso, como demonstram as imagens a seguir:



Fonte: <https://www.mturk.com/mturk/welcome>.

O *Mechanical Turk* (*Mturk*), da Amazon.com, já foi comparado, em alguns aspectos, ao *Google Answers service* (<http://answers.google.com>), que não está mais disponível. Entretanto, o *Mturk* é capaz de ajudar a distribuir qualquer tipo de tarefa para o mundo inteiro. A maioria dos internautas que desempenham as tarefas – os *trabalhadores* – são pessoas de classe média e o fazem por diversão.

Já o *iStockphoto* (www.istockphoto.com) opera com uma base que dispõe de mais de cinco milhões de fotos, vendendo a participação de incontáveis amadores de fotos pelo mundo, que se dispõem a receber uma quantia ínfima pela utilização de suas imagens.

Muitos outros serviços estão disponíveis nessa linha: desde a resposta de perguntas a outros usuários (www.bananaask.com) a empresas que pedem a participação dos usuários para criar novos modelos. O exemplo mais recente é o da gigante de computadores *Dell*, a partir de sugestões enviadas pelos próprios usuários no projeto *IdeaStorm*, lançado em 2007⁷⁸. O retorno das empresas quase nunca é financeiro; mas criar uma imagem de proximidade e de cumplicidade com o usuário não pode ser quantificado em termos de valor agregado à marca. Se os computadores já se tornaram *mercadorias* – os

⁷⁸ Furtado, Vasco. "Dell está crowdsourcing", em 10/09/2008. Disponível em: <http://vfurtado.blogspot.com/2008/09/dell-est-crowdsourcing.html>. Acesso em: 15/06/2009.

usuários da *Apple*, nesse sentido, são emblemáticos –, a estratégia da *Dell* está um passo à frente e, provavelmente, será seguida.

A meu ver, o *crowdsourcing* assemelha-se bastante ao mutirão; quando se é incitado a realizar uma tarefa em razão de uma questão social, quase ninguém cobra por isso; quando se trata de uma empresa que está por trás da demanda, um dos riscos que se observam é a apropriação das ideias indevidamente. Entretanto, há que se observar também que a vontade de cooperar, de participar e de se sentir importante, por ter influenciado este ou aquele lançamento, faz que a proposta ganhe ares irresistíveis e possa vir a se tornar, mais e mais, uma característica comum da atividade trabalho.

3.4.2.

A questão da neutralidade da rede

Todas as informações que trafegam na rede deveriam, em teoria, receber o mesmo tratamento, isto é, deveriam navegar na mesma velocidade. O problema é que a Comissão Federal de Comunicações norte-americana derrubou, em 2005, a lei que assegurava essa neutralidade, permitindo às empresas da área de telecomunicações que fizessem distinções entre provedores de conteúdo. O tema é tão polêmico que foi objeto da plataforma de campanha de Barack Obama.

Silvio Meira, um dos mais influentes pesquisadores da área de engenharia de software, entende que é preciso se instalar um sistema de fibra ótica em todas as cidades, pois cada uma delas precisa construir sua própria rede de comunicação para poder efetivamente descentralizar. Assim como temos um sistema de água, de luz e de esgotos, é preciso que se construa um sistema de informação próprio e público⁷⁹. A partir daí, uma cidade vai se conectar com a outra, saindo da questão da privatização da rede. O problema, afirma Meira, é que a *web*, como pensada originalmente, não previa que um dos seus principais usos seria servir de base para outras redes, como é o caso das comunidades P2P (*peer-to-peer*)⁸⁰. É por causa desses “outros usos” que os

⁷⁹ Nesse sentido, as *intranets* – ou redes fechadas de computadores, que têm em comum um ponto de encontro da informação – hoje, são cada vez mais usadas pelas grandes corporações eliminando, inclusive, a insegurança ao se navegar na *web*.

⁸⁰ Ou “entre pares”, “entre um usuário e outro”. Esse tipo de tráfego já corresponde a mais de 60% do tráfego mundial da rede. Há casos emblemáticos de questionamentos e condenações judiciais recentes: nos Estados Unidos, Jammie Thomas-Rasset, do estado de Minesota, foi condenada a pagar mais de um milhão de dólares a várias gravadoras pela obtenção de vinte e quatro músicas baixadas pela internet; na Espanha, Adrián Gómez Llorente foi condenado ao pagamento de cerca de cinco mil euros por obter benefícios econômicos em sua página web (www.infopsp.com) criada para compartilhar arquivos; na França, sob os olhos aprovadores da Inglaterra e da Itália, o

provedores constroem o tráfego de certos tipos – especialmente os VOIPs⁸¹, que acabaram com o custo de uma ligação internacional, e os P2P. O problema foi tratar a casa do usuário com o lugar para onde iam os dados e não de onde vinham (MEIRA, 2008).

De acordo com esse pesquisador, o Relatório do Pew Internet (PIP) sobre a internet em 2020 chegou a seis conclusões: 1) mobilidade; 2) privacidade e transparência; 3) interfaces; 4) propriedade intelectual; 5) realidades (física e virtual); e 6) tempos (do trabalho e pessoal). Pensando a partir dos conceitos de Leonard Kleinrock⁸², responsável pela primeira conexão entre computadores na forma que hoje conhecemos como internet, a visão original da rede abarcava cinco princípios: 1º. a tecnologia de internet vai estar em todo lugar; 2º. o acesso à rede será permanente; 3º. a rede vai estar sempre ligada; 4º. qualquer um vai poder entrar na rede a partir de qualquer lugar, com qualquer tipo de dispositivo, a qualquer hora e 5º. A rede será invisível (KLEINROCK, 2003). De acordo com Meira, os princípios 1ª a 3ª estão sendo implementados paulatinamente e cita o exemplo da conexão *wi-fi* (ou redes sem fio): “a prefeitura de Taperoá, se quiser cobrir a cidade com *wi-fi*, sabe exatamente como fazê-lo e, bem feito, vai ficar tão bom quanto em São Francisco e será a mesma internet”⁸³. O problema é quando se pensa em conectar qualquer coisa, a partir de qualquer lugar, a qualquer hora, 24 horas/dia × 7 dias/semana × 365 dias/ano (24x7x365). Para que se torne invisível, a rede deveria ser como a eletricidade que, para o usuário, resume-se a tomadas e interruptores. A invisibilidade da rede e da infraestrutura de informação, como um todo, é parte do que Meira chama de informaticidade ou software-como-serviço (MEIRA, 2008).

parlamento aprovou a lei mais repressora da Europa até o presente momento, a lei *Création et internet*, mais conhecida como lei Hadopi (Lei nº. 2009-669, de 12/06/2009), que permite suspender a conexão de internet dos piratas sem a necessidade de uma autorização judicial. Ao que parece, será mais uma vitória pírrica, pois necessita de respaldo político e o parlamento encontra-se dividido. O Parlamento Europeu já dispôs, inclusive, que a conexão à internet é fundamental para garantir o direito de expressão, e que sua suspensão precisa de autorização judicial. Disponível em: www.elpais.es. Acesso em 19/06/2009.

⁸¹ Voz sobre IP, também chamado de VoIP ou telefonia em banda larga. É o roteamento de conversação humana usando a Internet ou qualquer outra rede de computadores baseada no Protocolo de Internet, tornando a transmissão de voz como mais um dos serviços suportados pela rede de dados. Existe uma redução de custo devido ao uso de uma única rede para carregar dados e voz, especialmente no qual os utilizadores já possuem uma rede com capacidade subutilizada, que pode transportar dados VoIP sem custo adicional.

⁸² Kleinrock, Leonard. “An internet vision: the invisible global infrastructure”. Disponível em: <http://www.cs.ucla.edu/~lk/PS/paper223.pdf>. Acesso em: 20/03/2009.

⁸³ Meira, Silvio. Disponível em: smeira.blog.terra.com.br. Acesso em: 18/03/2009.

Tim Berners-Lee considera que o controle feito por operadoras e provedores do acesso à banda pelos usuários é condenável⁸⁴. E, ao comentar sobre o projeto de lei que tipifica crimes digitais no Brasil, foi incisivo:

Os problemas de segurança e crimes que acontecem na grande rede nada mais são do que um reflexo da própria humanidade. (...) A internet é uma ferramenta poderosa, que pode ser usada para coisas horríveis ou maravilhosas, da mesma forma que qualquer outra ferramenta usada pela humanidade. Quando você me pergunta como sinto as ações na rede, está me perguntando, no fundo, o que acho da humanidade. E, quanto a ela, sou extremamente otimista. Acho que, quando as pessoas se reúnem para resolver alguma coisa, elas são capazes de fazer coisas fantásticas⁸⁵.

3.4.3.

Os servidores-raiz

O servidor-raiz (*Root server*) da *web* possui uma tabela que indica qual Sistema de Nome de Domínios (DNS) será responsável pela resolução dos domínios para cada extensão de domínio diferente. Ele examina e atualiza um banco de dados e resolve nomes de domínios em endereços de rede (IPs). Por segurança, o servidor-raiz foi replicado em 13 servidores-raiz espalhados pelo mundo, e duas vezes ao dia seu conteúdo é automaticamente replicado. Foi convencionalizado que cada um deles seria chamado por uma letra do alfabeto (Servidor A, Servidor B etc.). Abaixo se pode observar a distribuição deles no mundo:



Fonte: <http://public-root.com/root-server-locations.htm>.

⁸⁴ O *traffic shaping*, prática utilizada para atrasar a transmissão de dados, especialmente dos serviços P2P.

⁸⁵ O Globo, 20/01/2009.

A *web* é controlada pelo *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN), que monitora o registro geral da Internet, os nomes de domínio. Ele foi constituído sob as leis californianas e regido a partir de um memorando de entendimento com o Departamento de Comércio dos EUA – que tem o poder de cassação dos direitos da ICANN. Ou seja: o Departamento de Comércio dos EUA tem um poder invisível. Total. “Quando começou a guerra do Iraque, a ICANN desligou o Iraque”⁸⁶ (LEMOS, 2007).

Uma das lutas do ministro Gilberto Gil foi para ter um servidor-raiz na América Latina. Segundo o advogado Ronaldo Lemos, o Brasil tinha uma proposta de autonomia da América Latina no gerenciamento da internet regional, para sair do domínio da ICANN. Entretanto, isso não vai acontecer, pois um comunicado emitido em 2006 estabelecia que a autonomia deveria ser de acordo com as regras impostas pela própria ICANN. É importante notar que essa é uma batalha de forças que está em curso e não ocorre na esfera pública; em último caso, o poder pode desligar a *web*.

3.4.4.

Uma internet alternativa?

Restringir a comunicação P2P é uma preocupação para a indústria e há várias tentativas de impedir tal processo. A empresa indiana NetAlter, por exemplo, garante altos níveis de segurança e não permite que programas não autorizados sejam executados, em uma tentativa de proteger a propriedade intelectual. Os usuários podem partilhar correios eletrônicos, transferir arquivos e criar redes pessoais ou empresariais. Para tanto, necessita-se instalar o navegador desenvolvido por eles; com isso, podem-se publicar conteúdos, sem a necessidade de registrar um domínio ou ter espaço de alojamento em servidores. Prevêem, ainda, a possibilidade de criação de plataformas de colaboração, nas quais programadores e fornecedores podem partilhar códigos e conteúdos⁸⁷. *Grosso modo*, é como se voltássemos aos primórdios da *web*, forçadamente.

⁸⁶ Lemos, Ronaldo. Revista de literatura Azougue “Saque/Dádiva”, nº. 11, janeiro/2007. Disponível em: <http://www.axialvirtual.com/Blog/2008/01/entrevista-ronaldo-lemos-para-revista.html>. Acesso em: 10/04/2009.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.emarket.ppg.br>. Último acesso em 04/09/2007.

3.5. Novos campos de embate – liberação x controle

3.5.1. *Creative Commons* e propriedade intelectual

Resumidamente, pode-se pensar nos *Creative Commons* (CC) como uma maneira de distribuir o seu trabalho e ganhar o devido crédito, além de ser uma forma de socializar a produção cultural. Ronaldo Lemos esclarece que, para algumas pessoas, eles não servem absolutamente para nada, pois elas estão muito bem como estão. Para tais pessoas, é irrelevante existir ou não o CC. Para os novos artistas, entretanto, não é de modo algum indiferente que o conteúdo do que produzem seja visto, ouvido, publicado, pois querem se tornar economicamente viáveis. O ponto nevrálgico é que as pessoas tomam a propriedade intelectual como um dado. Entre aqueles que querem simplesmente acabar com ela e aqueles que desejam limitar o seu acesso aos pagantes, há uma proposta como a dos CC, que exige apenas uma prévia autorização e trabalha com direitos mais flexíveis.

No caso da música, Lemos enxerga o mesmo problema: ela mudou de produto para serviço, quando muitos ainda a enxergam como mercadoria. É o caso do *iTunes*, da Apple, por exemplo, ou do sítio *soundclick*, que trabalham sob as regras do *copyright* e das leis internacionais. Outro exemplo, o *e-music*, em contrapartida, funciona com o pagamento de uma taxa mensal e permite ao usuário um número de *downloads*⁸⁸.

Sabe-se que desde 1996, quando ativistas desejavam os governos do mundo industrial longe da rede, o ingresso destes no mundo virtual trouxe conflitos que reproduzem o que acontece nos espaços das fronteiras; a *web*, porém, ultrapassa todos esses limites e conecta pessoas a informações instantaneamente, em qualquer parte do mundo. O movimento que mais assusta o capitalismo industrial tradicional é o das periferias globais, que estão se apropriando das tecnologias para produzir a sua própria cultura e, também suas próprias redes econômicas de distribuição da cultura – exatamente o que o MinC, paradoxalmente, vem proporcionando à população brasileira nos diversos

⁸⁸ Devido a restrições legais, o serviço não é oferecido a diversos países, dentre eles o Brasil. Ao tentar acessar o site, uma mensagem aparece em sua tela informando o seu endereço de IP e explicando essa situação: “*We’re sorry, eMusic is not available in your country*” (Desculpe-nos, o *e-music* não está disponível em seu país). Disponível em: <https://www.emusic.com>. Acesso em: 10/09/2008.

Pontos de Cultura espalhados pelo país e no exterior⁸⁹. Lemos dá o exemplo do tecnobrega, em Belém do Pará – criticando os dados sobre pirataria emitidos pelo governo norte-americano e repetidos com alarde, ainda que falsos –, da cumbia colombiana e do cinema nigeriano – que já é o terceiro maior produtor mundial e, ao que parece, o segundo maior em receita.

A problemática que envolve os direitos sobre a propriedade intelectual foi amplamente debatida durante o Fórum livre de Direito Autoral, realizado na Escola de Comunicação da UFRJ (ECO), em dezembro de 2008. É ponto pacífico que a lei de direito autoral brasileira precisa ser revista com urgência – trabalho que o MinC não está se esquivando de fazer, diga-se de passagem, ainda que morosamente – e que ela não distingue cópia de modo de execução. Resta saber como se dará o jogo de forças que negociam essas mudanças. O então ministro Gilberto Gil, por exemplo, defendeu o *software* livre em virtude de três razões: 1^a. Por ser favorável ao compartilhamento amplo, onde há uma democracia do acesso e um desenvolvimento do setor muito mais rápido, em função desse trabalho colaboracional; 2^a. Pelo barateamento da produção, desonerando o consumidor; e 3^a. Por reconhecer a efetiva ajuda, do ponto de vista do Estado e das políticas públicas, pois já se trata de um instrumento democrático. O que é preciso superar, esclarece Gil, é o momento da disputa, pois a emancipação digital pode ser um caminho de mobilização da sociedade de modo mais amplo (GIL, 2004)⁹⁰.

Gil tem em conta que as políticas públicas governamentais para inclusão digital e para a questão da cultura digital na educação são imprescindíveis, e adverte que a tecnologia anda avançando e sendo universalizada e barateada, assumindo quase um caráter anárquico. Resta saber se os governos vão caminhar em sintonia com esses avanços tecnológicos ou se vão privilegiar os setores mais conservadores. Ou seja: volta-se para o terreno do político e das ações.

3.5.2.

A televisão digital

Pode a televisão digital servir para democratizar o acesso à produção cultural mundial? Pode ser capaz de impulsionar a produção local e disponibilizar

⁸⁹ Segundo dados do Comitê Gestor de Internet no Brasil, o acesso à rede a partir de *lan houses* ultrapassou o acesso doméstico: 49% contra 40%. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, há, hoje, cerca de 90 mil *lan houses* no país, número infinitamente superior ao das livrarias (2,6 mil) ou de salas de cinema (2,3 mil). Disponível em: www.oglobo.com. Acesso em: 26/01/2009.

⁹⁰ Gil, Gilberto. “Cultura digital e desenvolvimento”. In: *Encontros. op.cit.*, p. 234-239.

esse conteúdo em diversos canais? Pode, finalmente, contribuir para reduzir a exclusão digital? A partir do embate entre o ministro Hélio Costa e o ministro Gilberto Gil sobre a questão do modelo a ser implementado no Brasil – entre o modelo japonês e o modelo europeu –, percebe-se que o governo brasileiro decidiu adotar o modelo japonês para avançar em uma esfera regulatória. Diogo Moyses⁹¹ explica que o governo emprestou seis megahertz para os atuais radiodifusores, que é exatamente o espaço disponível para as transmissões analógicas. Ao fazer isso, esses beneficiados vão dobrar o espaço que possuem nas grandes cidades e nenhuma outra emissora terá espaço no espectro – inclusive os canais estatais previstos no decreto, tornando a situação antidemocrática. Mas o mais grave se refere à questão da tecnologia que poderá vir com mecanismos antipirataria, como os DRM (*Digital Rights Management*) e o *Broadcast flag*. Se esse modelo for realmente implementado, o usuário não poderá copiar nem o que lhe é garantido hoje pela Constituição.

Ronaldo Lemos⁹², por sua vez, esclarece que a questão do modelo não é tão importante; o que é claro é que existe uma pressão sobre diversos governos, inclusive o brasileiro, para se retirar das mãos do consumidor o direito de decidir o que fazer com o sinal. O maior problema é que o modelo trata qualquer consumidor como pirata. Citando o canadense Cory Doctorow, mostra que é definido previamente até o que se entende por família. "O que é família? Família são pessoas que vivem numa circunscrição fechada" "Poxa, mas e se o pai trabalha não sei aonde e o filho trabalha em outro lugar"? "Não, não, isso é outro problema"⁹³.

Nunca é demais lembrar o pensamento do educador paraguaio Martín Almada, para quem o infantilismo é total nos meios de comunicação de massa e, especialmente, na televisão⁹⁴. Nesse sentido, o depoimento do documentarista e professor Silvio Tendler é lapidar, pois atenta para o fato de que só no Brasil há o monopólio de uma concessão pública (televisão), que produz e distribui novelas e filmes. Nos Estados Unidos, por exemplo, as televisões privadas precisam ir ao mercado e comprar filmes, gerando um novo mercado; na França, por sua vez, por haver o entendimento de que a televisão é uma concessão estatal, as empresas fazem filmes e há todo um processo para que eles passem primeiro nos cinemas e depois nas televisões. Também não passam filmes na

⁹¹ Diogo Moyses, do coletivo INTERVOZES. Disponível em: <http://poloweb.com.br/rlemos.pdf>. Acesso em: 10/01/2009.

⁹² Lemos, Ronaldo. Site da revista *Caros amigos*, junho de 2006. Disponível em: <http://poloweb.com.br/rlemos.pdf>. Acesso em: 10/01/2009.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ Disponível em: www.fazendomedia.com. Acesso em: 10/12/2008.

televisão aberta às sextas-feiras, em uma parceria com o cinema – para que as pessoas saiam de casa, consumam na rua, por exemplo⁹⁵.

3.6.

Semelhanças entre o trabalho imaterial e trabalho nas atividades culturais

Considerando o exposto até o presente momento, pode-se perceber que o sistema de comunicações de massa nutre-se, incessantemente, de ideias que alimentam outras ideias, sempre buscando a novidade. Esse movimento constante valoriza a criatividade e é indispensável para reabastecer a sociedade de produtos informativos, artísticos, culturais e de entretenimento, além de redistribuí-los em todo o planeta. Apresento, aqui, portanto, a tentativa de apontar as semelhanças entre o trabalho imaterial e o trabalho nas atividades culturais.

Trabalho Imaterial	Atividades culturais
<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho se apropria dos fluxos linguísticos e disso depende a produtividade • O trabalho depende da valorização dos afetos e da sociabilidade • Precariedade nas relações trabalhistas garantidas constitucionalmente (férias, 13^º, licença-médica, seguro-desemprego, licença-maternidade, aposentadoria, salário) • O tempo do trabalho se confunde com o tempo da vida • Virtuosismo no desempenho das funções 	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho se apropria dos fluxos linguísticos e disso depende a produtividade • O trabalho depende da valorização dos afetos e da sociabilidade • Precariedade nas relações trabalhistas garantidas constitucionalmente (férias, 13^º, licença-médica, seguro-desemprego, licença-maternidade, aposentadoria, salário) • O tempo do trabalho se confunde com o tempo da vida • Virtuosismo no desempenho das funções

⁹⁵ Programa de entrevistas exibido na TV Justiça em 20/01/2009.

<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho e a ação política são a mesma coisa 	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho e a ação política são a mesma coisa
<ul style="list-style-type: none"> • Exigência da criatividade para o desempenho da função • Exigência da colaboração para a realização da tarefa • A alma do operário desce à oficina • Trabalhador multifuncional, que se comunica e toma decisões, no mais das vezes em um rudimentar inglês; a força de trabalho é comunicativa 	<ul style="list-style-type: none"> • A criatividade é inerente ao processo artístico. Sem ela, há somente repetição piorada. • Exigência da colaboração para a consecução da <i>obra</i> • A alma do artista deve estar presente em cada trabalho • Trabalhador multifuncional, que necessita socializar-se para continuar trabalhando; a força de trabalho é comunicativa e colaboracional